

ZERO

Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Julho de 2019 | Ano 38 | Número 2

JOR
UFSC
40
ANOS



30 ANOS DEPOIS NOSSA MANCHETE SE REPETE

UFSC URGENTE

Universidade está com recursos bloqueados pelo MEC. Além de comprometer o ensino, a falta de dinheiro irá diminuir, paralisar e até extinguir projetos que atendem a comunidade

BASTA!
TEM SOLUÇÃO?



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Adriana Ferronato é jornalista, atua no mercado desde 1986, com passagens pela imprensa de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, onde fez a graduação em Jornalismo pela Unisinos, em São Leopoldo. Especialista em gestão de redações, chefiou durante 12 anos a redação do jornal Notícias do Dia, em Florianópolis e Joinville, entre os anos 2016 e 2018. Foi editora chefe do AN Capital, produto do jornal A Notícia. Atualmente se dedica a projetos próprios e trabalhos freelancer.

Prezados alunos, é uma satisfação participar do jornal laboratório e contribuir para o aprendizado. Parabéns para equipe da edição número 1, de maio deste ano. Embora não seja perfeita, e nenhuma é, está consistente, cuidadosa, temas interessantes, algumas boas imagens. Os textos denotam a pouca experiência dos autores, o que é natural, mas também mostram o potencial.

Vamos começar por aspectos gráficos. Textos longos, páginas duplas com apenas um título, poucas opções de imagens e infografias empobrecem um pouco o projeto gráfico. As frases, ou destaques, olhos, ajudam, mas não o suficiente. As frases precisam do nome do autor, pois nem sempre a matéria tem apenas uma fonte. As legendas devem identificar as pessoas e toda foto tem legenda obrigatoriamente, na capa também.

Fiquei curiosa se seria proposital o lead das matérias ter praticamente a mesma estrutura em todas: um personagem. Páginas 3 (moradia estudantil), 7 (mulheres imigrantes), 8 (reportagem do quilombo), 12 (espécie de árvores invasoras), 13 (inclusão digital de idosos), 14 (hábito da corrida) e, finalmente, a cobertura da manifestação contra violência policial. O bom jornalismo tem essencialmente simplicidade e objetividade. Nada melhor para aprender do que escrever de forma direta. Pensem.

Aposta da edição: Quilombolas expulsos de suas terras em Florianópolis. Um tema pouco comum, uma história complexa. O texto está bem estruturado, tem bons depoimentos, contexto histórico e factual. Perdeu um pouco nas imagens.

Pauta: Escolhas interessantes, boa distribuição, com temas de cultura, comportamento, sociedade, ambiente. Perfis, como o do artista chileno, são boa aposta, sempre arejam a edição e atraem o leitor.

Paginação (distribuição dos assuntos no jornal): A reportagem do quilombo nas páginas centrais foi um acerto, mas a falta de boas imagens prejudica

a diagramação. A última página (15) e contracapa (16) para a matéria sobre a manifestação contra violência não foi um boa escolha, quebra a leitura.

Imagens: Fotografia exige produção. Pensar o que queremos mostrar, a foto é 50% da reportagem, às vezes mais. No conjunto, deixa a desejar.

Capa: Bom layout. Chamadas bem distribuídas. Bom uso da foto, embora não concorde com a imagem preto e branco neste caso. Mas a manchete, as duas linhas fortes para a reportagem da violência vendem algo que não temos de fato. O que temos nas páginas 15 e 16 é pouco para um destaque assim na capa. A capa exige hierarquia e antes de começar deve estar bem claro que queremos.

Páginas: **P. 2** - Na maioria dos jornais impressos, o editorial é o que abre a página de opinião. Destaco a importância de tornar o editorial mais denso, como espaço de opinião do jornal/editores, e menos apresentação dos temas, função que um índice cumpriria melhor. **P. 3** - Mais forte do que a história da personagem, neste caso, é a relação entre a baixa oferta e a grande procura por vagas na moradia estudantil. E perceberam que tem menos vagas para mulheres? Por quê? Não vou tratar de questões de revisão, mas vejam a grafia correta - "per capita", não "per capta". **P. 4 e 5** - Matérias muito extensas, com diversas abordagens, precisam ser bem organizadas. Se o objetivo era falar das estratégias das editoras vamos logo ao que interessa. Talvez uma infografia bem trabalhada sobre os novos formatos de livros. Faltam algumas referências sobre as fontes, são de que local? Florianópolis? **P. 6** - Atenção, tem um pequeno problema no lead, faltou alguma palavra ou sobrou (Na capital catarinense as noite de são cada vez mais) **P. 7** - O título não está correto, não é mais difícil para elas emigrar, o mais difícil é se adaptar ao novo país. Correto? **P. 13** - A foto é o que se chamaria de "tapa-buraco". Faltou planejamento.

ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO
Ano 38 | N° 2
Julho de 2019

Envie críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

🌐 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo

Centro de Comunicação e Expressão

Universidade Federal de Santa Catarina

Trindade | Florianópolis | SC | CEP 88040-900



Reportagem Universitária

Prêmio Ministério Público do Trabalho (MPT) de Jornalismo 2018



Melhor Jornal-Laboratório - I Prêmio Foca

Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000



Melhor Jornal-Laboratório

EXPOCOM SUL 2015 & 2017



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil

EXPOCOM 2015



Reportagem em Jornalismo Impresso

EXPOCOM NACIONAL 2017 & 2018



Reportagem em Jornalismo Impresso

EXPOCOM SUL 2017 & 2018



Melhor Peça Gráfica

Set Universitário | PUC-RS

1988, 1989, 1990, 1991, 1992 & 1998

REPORTAGEM

Ana Ritti, Bruna Ferreira, Clarissa Levy, Daniel Sborz, Eduardo Iarek, Eduardo Melo, Eliza Della Barba, Emily Leão, Isabela Petrini Moya, Jéssica Antunes, Lavinia Kaucz, Lívia Schumacher, Luísa Michels, Luíza Monteiro, Madu Silva, Maria Gabriella Schwaemmler, Rafael Prudencio Moreira, Sofia Mayer, Suelen Rocha e Tatiane Borges

REDES SOCIAIS

João Balestrin, Letícia Silva, Lucas Amorim, Maria Heloísa Vieira e Yeda Teixeira

FOTOGRAFIA

Eduardo Iarek, Jéssica Antunes, Lívia Tokasiki, Luíza Monteiro e Luna Mariah Zunino

INFOGRAFIA

Ildo Francisco Golfetto e Rafaela Coelho

DIAGRAMAÇÃO

Daniela Müller, Fernando Perosa, Luísa Michels, Pâmela Schreiner e Rafaela Coelho

PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes e Alggeri Hendrick

CHEFIA DA EDIÇÃO

Daniel Sborz, Madu Silva e Suelen Rocha

CAPA

Colagem: Pati Peccin

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)
Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

MONITORIA

Evangelina Oggero Viviani, Lívia Schumacher e Rafaela Coelho

IMPRESSÃO

Imprensa UFSC

TIRAGEM E DISTRIBUIÇÃO

1.000 exemplares - Nacional

FECHAMENTO

11 de julho 2019

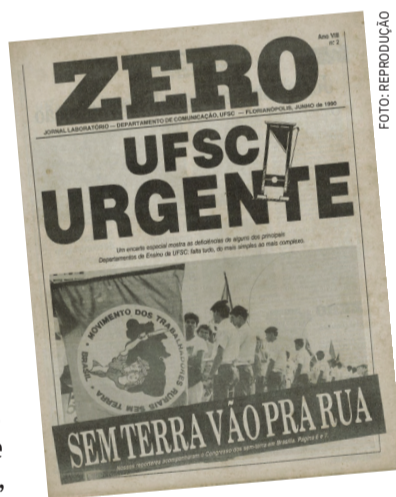


FOTO: REPRODUÇÃO

EDITORIAL

Em maio de 2019, 63 Universidades Federais e 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se depararam com o bloqueio expressivo no orçamento das despesas discricionárias, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC). O episódio nos faz lembrar de um bloqueio orçamentário imposto pelo presidente Fernando Collor de Mello há 29 anos e que, na época, foi matéria de capa do Zero. Em 1990, Collor impôs às mesmas instituições de ensino do país a redução de 30%, a qualquer custo, dos gastos com a folha de pagamento dos funcionários federais. Era o plano econômico de engugamento da máquina pública que levaria, posteriormente, ao confisco das poupanças do povo e, em seguida, ao consequente impeachment do presidente.

O caso recente, que o MEC insiste em chamar de contingenciamento, trata-se de bloqueio orçamentário que afeta atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está entre as instituições atingidas: foram bloqueados mais de 60 milhões de reais através da medida, equivalente a cerca de 35% do orçamento de custeio, capital e emendas parlamentares.

E os cortes já são reais na UFSC: a Secretaria de Relações Internacionais teve que suspender bolsas de intercâmbio, programas de mobilidade internacional e a análise de pedidos para o Programa Institucional de Apoio a Viagens de Estudo na modalidade de visitas técnicas, científicas ou culturais, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Incertezas pairam sobre o futuro de outras atividades da universidade com a possível diminuição do número de bolsas de Extensão, do financiamento de obras de infraestrutura e a continuidade de pesquisas fundamentais para a produção científica no Brasil. Só em maio, 70 bolsas de pós-graduação financiadas pela Capes foram cortadas na UFSC. Além disso, a instituição pode não ter condições de funcionar dentro da normalidade até o final de 2019.

A equipe responsável pela segunda edição do Zero decidiu trazer à tona a problemática da medida anunciada pelo MEC. Nossa capa, produzida pela artista Pati Peccin, repete a manchete da edição de junho de 1990: "UFSC Urgente", alertando o leitor a respeito da redução orçamentária das instituições de ensino. Utilizamos com cautela os termos contingenciamento, bloqueio e corte, uma vez que existem significados distintos. Chamamos de contingenciamento a medida do Ministério da Economia, de bloqueio a ação do MEC e de corte o efeito prático desses para a comunidade universitária e a população em geral. Entretanto, em algumas matérias mantivemos nas citações dos entrevistados os termos por eles compreendidos.

A edição se propõe a mostrar a importância da universidade para quem está dentro e fora dela: a existência do campus é responsável por cerca de 28% da massa salarial de toda a capital catarinense. Sobre Ensino, Pesquisa e Extensão, tríade que define a universidade e que proporciona a formação intelectual, profissional e cidadã e promove a integração com a comunidade externa, os textos contemplam a história daqueles que fazem e querem fazer parte da instituição. O fotojornalismo da edição procura expressar o elo entre a sociedade e a comunidade universitária.

O Zero também traz reportagem que apresenta o resultado das auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), realizadas na UFSC e em outras universidades federais, sobre pagamentos de bolsas do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Diferentemente do que a Operação Ouvidos Moucos fez crer de maneira espetacular, o TCU não encontrou ilegalidades e votou um acordão dando prazo de 180 dias à Capes para fazer o exame de irregularidades. Menos de dois meses após a ação do TCU, o Ministério Público Federal de Santa Catarina (MPF-SC) encaminhou pela primeira vez uma denúncia à Justiça. Vamos acompanhar.

Boa leitura! **Z**

Não foram 80 milhões

TCU solicitou exame de inconsistências no pagamento de bolsas que não chegam a 4% do valor noticiado na deflagração da operação

Já nas primeiras horas da manhã do dia 14 de setembro de 2017, o campus principal da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, esteve movimentado com a presença de quase cem policiais federais. Eles cumpriam sete mandados de prisão temporária e cinco conduções coercitivas em Florianópolis, Itapema e Brasília, pelo suposto desvio de verbas do programa de Educação a Distância (EaD) da UFSC. Nesse dia, o reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo foi preso, acusado de tentar barrar as investigações internas.

As primeiras notícias sobre a operação Ouvidos Moucos informavam que o desvio era de 80 milhões de reais, mas, depois da primeira coletiva da Polícia Federal (PF), soube-se que esse era o montante total que o programa recebeu ao longo de 11 anos. As verbas investigadas, de origem federal, fazem parte do programa Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A operação aconteceu em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

O início das investigações

Dois meses antes da Ouvidos Moucos ser deflagrada, em julho de 2017, o TCU autorizou uma Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) para a realização de auditorias, com o intuito de verificar a existência de irregularidades na execução do UAB em seis universidades federais. Essas auditorias contaram com a participação das secretarias do TCU nos estados de Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Minas Gerais, e foram coordenadas pela última.

Depois de quase dois anos, em 15 de maio de 2019, o TCU votou um acórdão que definiu prazo de 180 dias para que a Capes examinasse as irregularidades encontradas no pagamento de pelo menos 2,9 mil bolsas do programa EaD da UFSC, no período de 2012 a 2017, as quais somam quase 3,2 milhões de reais, valor que pode representar menos de 4% do que foi anunciado. As bolsas eram pagas aos chamados professores-pesquisadores, professores-formadores e tutores a distância dos cursos.

O relatório aponta quatro eixos de irregularidades principais: duplicidade no pagamento de bolsas, falta de registro de cursos e bolsistas, bolsas com valores que superam os limites estabelecidos pela Capes e pagamentos indevidos de bolsas através da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu).

A auditoria identificou que 128 bolsas foram distribuídas para 40 pessoas que já eram bolsistas de outros programas. Alvaro Lezana, diretor-geral do gabinete da Reitoria da UFSC, justifica que muitos professores davam aulas em mais de um dos cursos a distância oferecidos pela UFSC, e recebiam um pouco a mais por conta disso. Pela Lei 11.273/2006 é vedado a acumulação de mais de uma bolsa. Nesse sentido Alvaro enfatiza que “a Capes diz que esse pagamento é indevido, mas o professor trabalhou, deu a aula, deu as notas, os conceitos e tudo o mais. Ele não ganhou uma segunda bolsa”.

“Quando se diz que algum procedimento do poder público está irregular, não é o mesmo que estar ilegal”

A resolução do UAB proíbe o recebimento de mais de uma bolsa no mesmo mês por bolsista do programa que exerceu mais de uma função. “Já mandamos resposta para a Capes. Estamos agora entrando na Advocacia Geral da União com processo para tentar um acórdão legal com a Capes na Justiça, de conciliação”, acrescenta Lezana.

O texto do relatório aponta também que, nesses cinco anos, foram pagas 2.195 bolsas a pessoas que não possuem os registros necessários, nos sistemas internos da UFSC, que comprovem a prestação das atividades. Além disso, quatro pessoas recebiam bolsas que ultrapassaram o valor limite, de dois mil reais, estipulado pela Capes.

É também mencionado um contrato entre UFSC e Fapeu, que realizou o pagamento de 1.183 bolsas, totalizando 1,1 milhão de reais. Para o TCU, esses pagamentos são indevidos pois apenas a Capes e o Fundo Nacional

de Desenvolvimento da Educação (FNDE) podem pagar bolsas de estudo e de pesquisa dos programas vinculados ao Ministério da Educação. Desde a Operação Ouvidos Moucos, os recursos do UAB são repassados para a Secretaria de Educação a Distância (SEaD), que é responsável por administrar e gerir recursos provenientes da Capes e não mais a Fapeu.

O mesmo acórdão determina, ainda, que em 90 dias, a universidade comece a fiscalizar projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão para garantir que estejam de acordo com as normas do programa UAB. Pede também mais transparência, tanto na questão dos contratos firmados, quanto nas despesas. Isso porque a equipe de auditoria concluiu que a UFSC não realizou os processos seletivos necessários para bolsistas do Sistema UAB, que foram realizados diretamente pelos coordenadores dos cursos e não seguiam os normativos do programa.

Nesse meio tempo, em 21 de junho, o Ministério Público Federal de Santa Catarina (MPF-SC) formalizou pela primeira vez uma denúncia relacionada à Operação, marcada por controvérsias. No dia 11 de julho, às vésperas do fechamento dessa edição, a Justiça Federal acatou o pedido do MPF-SC para quebrar o sigilo judicial e tornar público o processo. A Justiça deu prazo de 15 dias para que as 13 pessoas denunciadas manifestem suas defesas. A partir dessas declarações a Justiça poderá arquivar ou acolher as acusações apresentadas pelo MPF-SC.

Ilegalidade x Irregularidade

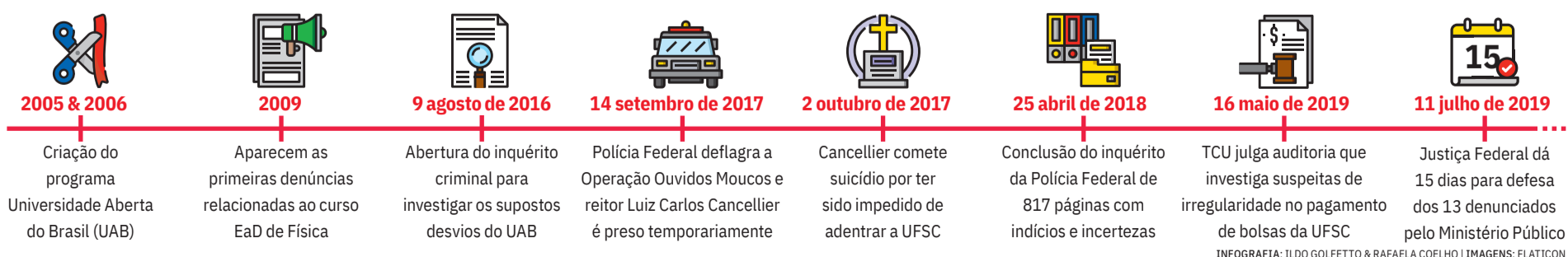
O relatório do TCU trata o resultado das auditorias como irregularidades, que é diferente de ilegalidade. A irregularidade acontece quando uma normativa ou um regulamento interno não é obedecido. Foi o caso da UFSC, que não cumpriu as resoluções do programa UAB e as normativas da Capes. Ilegalidade ocorre quando uma lei não é cumprida.

O professor de Direito Administrativo da UFSC, José Sérgio Cristóvam, classifica a irregularidade como “normalmente mais branda” do que a ilegalidade. “Quando se diz que algum procedimento do poder público está irregular, não é o mesmo que dizer que ele está ilegal. E as consequências disso são completamente diferentes”, conclui.

O advogado afirma também que o descumprimento de resoluções e normativas “não tem a ver com desvios de verbas, apropriação de valores e fraudes”. Ele evidencia que uma irregularidade pode ser a falta de assinatura em um documento, a violação de um procedimento ou a falta da execução de um parecer, mas “a ponto de não gerar propriamente uma ilegalidade, porque não ofenderia nenhuma lei”. **Z**

Fatos relacionados à Operação Ouvidos Moucos

O inquérito da PF sobre a operação Ouvidos Moucos, finalizado em 2018, foi enviado, em maio do mesmo ano, para o Ministério Público Federal (MPF) em Santa Catarina. Mais de um ano depois o MPF decidiu denunciar 13 das 23 pessoas citadas na investigação. A Justiça determinou prazo para defesa, podendo acatar ou arquivar o processo.



Ameaça econômica do MEC para universidades

Bloqueio atual no orçamento das federais é inédito, político e não justificado

Na manhã de 1º de maio, Dia do Trabalho, reitores de todas as universidades federais do Brasil se depararam com um bloqueio nas contas, anunciado no dia anterior pelo ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub. A medida, um dia antes direcionada à Universidade Federal da Bahia, à Universidade Federal Fluminense e à Universidade de Brasília, se originou de discordância política. Nas redes sociais, Abraham e apoiadores chamam a ação de “contingenciamento”, termo usado também para a retenção anual que o Ministério da Economia faz em outros ministérios.

Na UFSC, o bloqueio foi de cerca de 35% do orçamento, o que representa cerca de 60 milhões de reais. O secretário da Secretaria de Planejamento (Seplan) da UFSC, Vladimir Arthur Fey, há quatro anos no cargo, diz que nos últimos dois governos nunca presenciou tal ação vinda do Ministério da Educação (MEC).

A ação do MEC não afeta as despesas obrigatórias das universidades e institutos federais, como salários de funcionários, INSS, FGTS e outros encargos sociais. Todo o impedimento está concentrado nas chamadas despesas discricionárias, ou seja, as que não são obrigatórias por lei, pois estas últimas só podem ser alteradas através de votação na Câmara e no Senado Federal. Entretanto, “não obrigatórias” não significam sem importância. Na verba bloqueada, estão incluídas despesas como serviços de água, energia, segurança, limpeza, vigilância e políticas de permanência estudantil. Além do custeio, as despesas discricionárias também abarcam a verba de investimento, que financia obras de infraestrutura, por exemplo.

O secretário Vladimir conta que a universidade possui políticas próprias de gestão do recurso. A permanência estudantil é um desses exemplos. Uma das receitas destinadas à permanência vem do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PINAES) do governo federal, que em 2019 é de 24,7 milhões de reais. Somando esse valor a aluguéis de espaços internos e subsídio ao Restaurante Universitário, chega-se ao valor de 32 milhões de reais. No entanto, a universidade tem a autonomia para investir mais, ou não, nessas políticas. O fato é que “a estimativa que nós temos de gasto [das políticas de permanência] para este ano é de 45 milhões de reais, logo 13 milhões de reais nós tiramos do custeio para complementar essa previsão de gastos. Se acontecer um bloqueio de 35% e o governo não voltar atrás, certamente teremos um impacto aí”, avalia o secretário.

Contingenciamento x Bloqueio

Existem diferenças entre o contingenciamento realizado pelo Ministério da Economia e o bloqueio anunciado pelo MEC. Ambos estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que determina que as despesas nunca podem superar as receitas, sob risco de problemas com os respectivos Tribunais de Contas, o que pode levar à ineligibilidade dos administradores públicos, de reitores ao presidente da República.

Contingenciamento – O professor Bernardo Meyer, do curso de Administração da UFSC e pesquisador da área de gestão pública, explica que o orçamento público de um ano é planejado no anterior, com base na expectativa de arrecadação do governo. “Na medida em que o governo vai percebendo que, ao passar um, dois meses, a arrecadação não se confirma, não será em dezembro que ele anunciará: ‘agora tem que economizar’. Desde o início do ano, o governo deve cortar gastos.”

Assim, o Ministério da Economia realiza, anualmente, um contingenciamento para todos os ministérios, não só o da Educação. Em março de 2019, a pasta anunciou que seriam economizados 29,7 bilhões de reais nas despesas discricionárias. Percentualmente, os ministérios mais atingidos foram Minas e Energia (79,54%) e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (41,98%).

O Ministério da Educação teve contingenciamento de 24,71%, enquanto o da Saúde foi apenas 2,99%. O professor Bernardo reconhece que o contingenciamento via Ministério da Economia é necessário, mas faz críticas à gestão. Com o Ministério da Saúde poupado, ele compara: “qual foi o critério do contingenciamento? Porque se não está entrando o dinheiro previsto e os ministérios precisam reduzir gastos, isso é normal. Agora, será que quem deve fazer o sacrifício é a Educação?”

Além da opinião acerca dos critérios, o professor desaprova a mensagem transmitida pelo governo através de suas medidas. “Contingenciar é normal, só que a maneira como aconteceu foi mal explicada. Comunicá-la como uma punição é inaceitável. Um ministro da Educação não tem que punir os outros. E se tiver que punir, há mecanismos para isso. Não é por meio de cortes orçamentários.”

Bloqueio – A preocupação da comunidade universitária não ocorreu pelo contingenciamento do Ministério da Economia, e sim pelo bloqueio do MEC no orçamento. “O bloqueio é diferente. Este orçamento já está no Ministério da Educação, já se tem a gerência sobre isso”, explica o secretário Vladimir, da Seplan. Os reitores das universidades federais foram surpreendidos pelo anúncio do ministro Abraham, já que não há precedentes iguais a este bloqueio. Além disso, o governo não apresentou justificativas econômicas para tal medida.

Agora, parte da verba das universidades está bloqueada no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), plataforma online que dá suporte aos processos orçamentários do governo federal. Ao contrário do contingenciamento, que usu-

almente é reajustado ao decorrer do ano, o MEC não dá sinais de que voltará atrás em sua decisão, mesmo após o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acionar o Supremo Tribunal Federal (STF), alegando inconstitucionalidade.

No dia 7 de maio de 2019, membros da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (Andifes), incluindo representantes de 60 instituições de ensino de todo o país, se reuniram em Brasília para questionar o MEC sobre a decisão. Para o secretário Vladimir, que estava presente no encontro, o cenário não é otimista. Ele avalia que é necessário realizar “ensaios de diminuição de despesas, para garantir que a UFSC não sinta esses efeitos”. Mesmo com a projeção de diminuição de despesas, o secretário da Seplan considera que as instituições não serão capazes de economizar o montante imposto pelo governo. “Já naquela ocasião [reunião de reitores], havia universidade dizendo que, a partir de maio, não conseguiria empenhar gastos de água nem energia e, a partir de junho, não conseguiria empenhar nem vigilância, nem limpeza.”

As desculpas do governo

Nas redes sociais, o ministro Abraham faz vídeos justificando os bloqueios como a única opção alternativa para a Reforma da Previdência. No próprio comunicado oficial do MEC, a Reforma também é mencionada. “O bloqueio pode ser revisto pelo Ministério da Economia e pela Casa Civil, caso a Reforma da Previdência seja aprovada e as previsões de melhora da economia no segundo semestre se confirmem”. O professor Bernardo explica que a chantagem não é uma estratégia singular de Abraham. “Eles estão usando de sofismas para influenciar principalmente a opinião pública. Os deputados não são bobos, não vão se deixar influenciar por este tipo de conversa. Mas fazem isso para a opinião pública pressionar o Congresso Nacional nessa reforma previdenciária.”

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Abraham tentou justificar o bloqueio pela suposta falta de produção acadêmica nas universidades, alegando que instituições que estivessem fazendo “balbúrdia” teriam verbas reduzidas — assim como a UFSC teve. Apesar das críticas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao

“Ministro da Educação não tem que punir os outros. Se tiver, há mecanismos para isso. Não é por meio de cortes orçamentários”

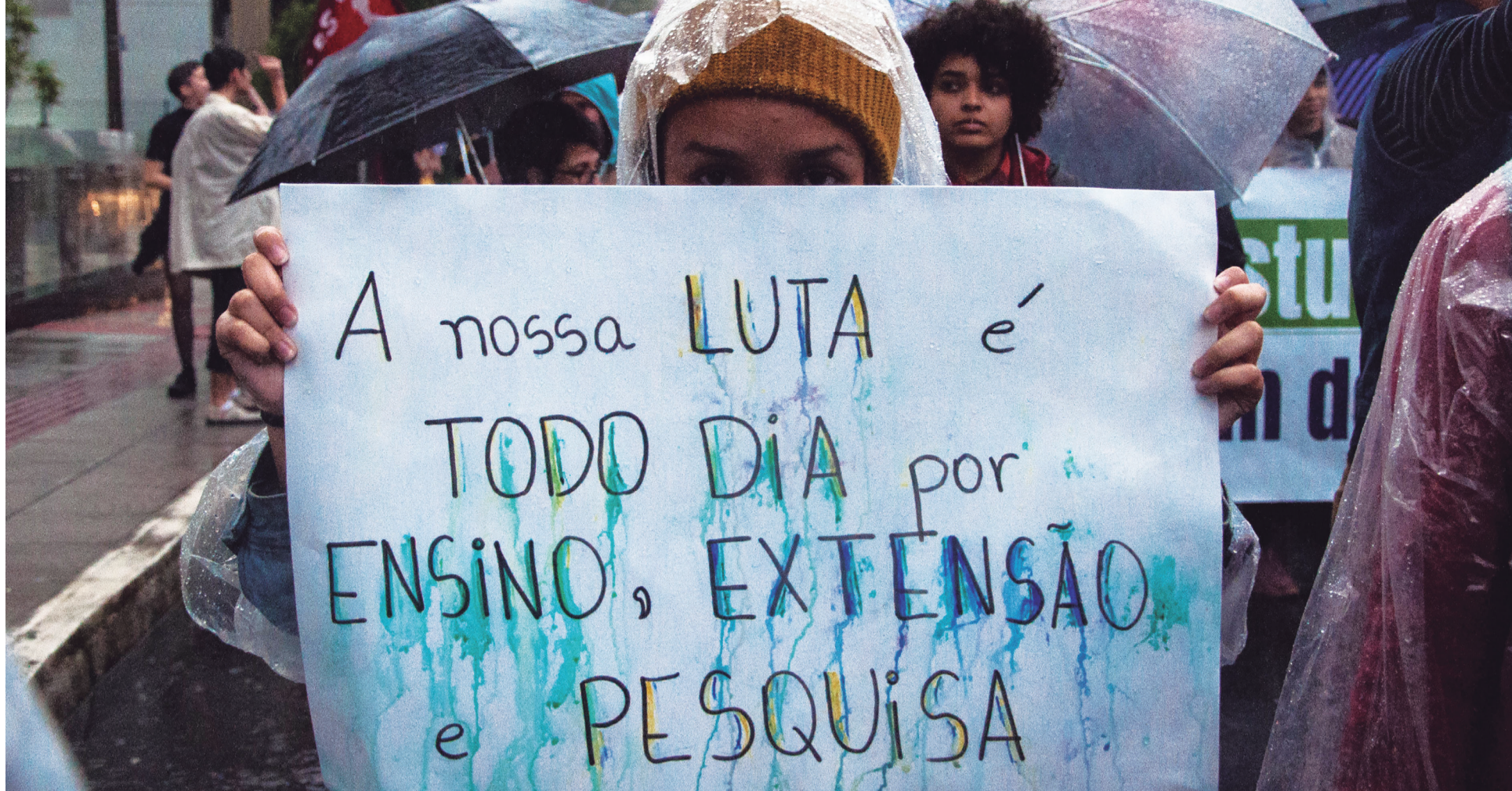


FOTO: LIVIA TOKASIKI

próprio MEC, considera excelente o Ensino e Pesquisa da Federal de Santa Catarina. Como forma de avaliação das Pós-Graduações do Brasil, a instituição tem cinco níveis de julgamento, que variam de conceito três a sete. As duas maiores notas possíveis, seis e sete, só são atribuídas a cursos de qualidade internacional.

Na UFSC, diversos programas de Pós-Graduação estão bem colocados no ranking. Com conceito seis, aparecem o mestrado e doutorado de Aquicultura, Direito, Educação Física, Engenharia Mecânica, Estudos de Tradução, Filosofia, Linguística e outros dez. Já com a nota máxima, conceito sete, está a Pós-Graduação em Química, Engenharia Química e Ciência e Engenharia de Materiais.

Como justificativa do bloqueio, o governo Bolsonaro alega que assim teria mais orçamento para investir na Educação Básica. No entanto, as medidas concretas para a Educação se limitam a tweets e discursos ideológicos contra o patrono da Educação, Paulo Freire; a competência das universidades e o que os apoiadores do governo chamam de “ideologia de gênero”.

Além disso, nas eleições, o plano de governo da chapa Bolsonaro, apresentado em slides, tem uma única citação sobre a Educação Básica, “a prioridade inicial precisa ser a Educação Básica e o Ensino Médio/Técnico”. Em seis meses de atuação, nenhuma proposta nesse sentido foi apresentada. O governo, caracterizado por decretos presidenciais, levou, além do novo texto da Reforma da Previdência, apenas uma nova proposta a debate: a transferência do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que foi negada pelo Congresso Nacional.

Troca de ministros

O presidente Jair Bolsonaro, em menos de seis meses, já acumula dois nomes no histórico de ministros da Educação do seu governo. O primeiro, Ricardo Vélez Rodríguez, foi demitido no dia 8 de abril, e substituído no mesmo dia por Abraham Weintraub. Ambos protagonizaram episódios polêmicos no primeiro semestre deste ano.

Os principais feitos de Vélez Rodríguez em seus quatro meses de mandato foram a exoneração de 14 membros do alto escalão do ministério; alterações no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que incluíam rever a forma com que livros de história abordam o golpe militar de 1964 e a retirada da proibição de publicidade em livros didáticos; além de usar a comunica-

ção oficial do MEC para enviar orientações a diretores de toda rede de ensino do país. A mensagem encaminhada incluía a gravação do Hino Nacional cantada pelos alunos e a leitura de uma carta que incluía o slogan de campanha de Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Abraham estava há menos de um mês na pasta quando decretou os bloqueios nos orçamentos em instituições de ensino federais. Nome desconhecido na política nacional, a primeira aparição de Abraham na mídia foi em 2016. Na época, que coincidia com o primeiro mandato do ex-presidente em exercício Michel Temer, começou a ser debatida uma reforma mais radical da Previdência. Na ocasião, Abraham se tornou fonte de uma reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* e replicada pelas revistas *Veja* e *IstoÉ*.

Como consta em seu currículo Lattes, Abraham é professor de Economia na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), sua única experiência em Educação. Ele deu entrevista aos jornais representando o Centro de Estudos de Seguridade (CES), da universidade em que atua. Nas matérias, ele se opõe àquela proposta do governo de estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria. Tema que no ano seguinte o levou à Comissão Especial da Reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados, em uma palestra junto de seu irmão Arthur Weintraub. Foi ali que o então deputado federal Jair Bolsonaro conheceu os irmãos.

Em 2018, o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, chamado de “número três”, organizou a “Cúpula Conservadora das Américas”, com palestrantes como o astrólogo Olavo de Carvalho e o economista da escola dos chamados Chicago Boys (Meninos de Chicago) Carlos Gomez. Os irmãos Abraham e Arthur participaram com a palestra “Marxismo versus Economia”.

Arthur também é professor na Unifesp e atualmente é assessor de gabinete do presidente. Assim como Abraham, ele faz parte do CES, empresa de direito privado (CNPJ 22.759.353/0001-02), que se autointitula “associação sem fins lucrativos”.

Após anunciado o amplo bloqueio de verbas das instituições públicas de ensino, o Ministério da Educação, sob liderança de Abraham, se defendeu das críticas postando em seu Twitter: “o bloqueio pode ser revisto pelos Ministérios da Economia e Casa Civil, caso a Reforma da Previdência seja aprovada e as previsões de melhoria da economia no segundo semestre se confirmem, pois podem afetar as receitas e despesas da União”, se referindo apenas à ação do Ministério da Economia.

Enfrentamentos

Em reação às tentativas de bloqueio realizadas pelo MEC, setores da sociedade se organizaram para tentar barrar as medidas. No Judiciário, a juíza Renata Almeida, da 7ª Vara Federal de Salvador (BA), emitiu uma liminar em 7 de junho suspendendo o bloqueio das verbas. Na ocasião, a juíza demandou aplicação de multa de 100 mil reais diários caso o MEC não cumprisse com a determinação em 24 horas. A liminar, entretanto, foi derubada cinco dias depois pelo desembargador federal Carlos Moreira Alves, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), após apresentação de recurso pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Da sociedade civil, muitas foram as reclamações. Delas, saíram três grandes atos em defesa da democracia: um protesto no dia 15 de maio, outro no dia 30 e uma greve geral dia 14 de junho. No primeiro, houve atos em todos os estados do Brasil e em aproximadamente 220 cidades, segundo dados do Portal G1. Em Florianópolis, foram estimadas entre 20 e 30 mil pessoas, a maioria estudantes e trabalhadores. No dia do ato, o presidente Bolsonaro, em viagem aos Estados Unidos, declarou que a maioria dos manifestantes eram “idiotas úteis” e que “não tem nada na cabeça. Se perguntar 7 x 8 não sabe. Se perguntar a fórmula da água, não sabe”.

Após 15 dias, em 30 de maio, outro protesto ocorreu. As manifestações seguiram de forma majoritariamente pacífica em pelo menos 130 cidades. Entre os dois atos de enfrentamento ao MEC, outro, pró-governo Bolsonaro, aconteceu no domingo 26 de maio. As manifestações a favor das políticas de gestão do presidente, em especial da Reforma da Previdência e dos bloqueios na educação, foram registradas em 156 cidades do Brasil. Na capital catarinense, estavam presentes aproximadamente 10 mil pessoas, reunidas na Praça XV.

Já no dia 14 de junho, os opositores do governo organizaram uma greve geral. Além da revolta contra o bloqueio na área da educação federal, as paralisações foram motivadas pela Reforma da Previdência, defendida nas ruas duas semanas antes. A greve mobilizou todos os estados do país, com paralisação em serviços como transporte em mais de 100 cidades. Por enquanto, nenhum outro ato político — tanto a favor, quanto contra as políticas do governo — está marcado. **Z**

Mobilizações: entre os meses de maio e junho, três atos realizados por estudantes, professores e população em geral movimentaram o centro de Florianópolis pela defesa da Educação. O último, do dia 14/6, incorporou a primeira greve geral do governo Bolsonaro.

Sonhos interrompidos pela falta de recursos

Indefinições sobre futuro do ensino público tomam conta da comunidade acadêmica

Sete dias após o Ministério da Educação (MEC) anunciar o bloqueio de 30% no orçamento de todas as instituições federais de ensino do país, a administração central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentou um balanço atualizado dos recursos disponíveis para bancar os gastos de 2019. As informações divulgadas na ocasião deixaram perplexa toda a comunidade universitária: com base na nova realidade orçamentária, o funcionamento da UFSC estará em risco a partir do mês de agosto. A execução de políticas de permanência para estudantes provenientes de famílias de baixa renda também está em jogo.

“Muitos estudantes estão em sala de aula em virtude dos programas de permanência. Se não conseguirmos fazer o que está programado, podemos ter um impacto significativo nas atividades de ensino.”

Alexandre Marino Costa, pró-reitor de graduação da UFSC

Desde que soube da notícia, o estudante da oitava fase do curso de Direito na UFSC, Wellington Kauê de Mattos, não esconde o receio de ter que desistir mais uma vez da graduação. “O sentimento de tristeza e indignação me definem neste momento”, expressa o estudante.

Natural de Chapecó, Wellington passou por uma experiência frustrante antes de vir para a universidade federal em Florianópolis. Na cidade do oeste catarinense, morava com a mãe que trabalha como diarista e um irmão mais novo de 11 anos de idade. Em 2015, iniciou pela primeira vez uma graduação, também para o curso de Direito, em uma universidade privada, a Unochapecó. Conseguiu um desconto de 50% no valor das mensalidades, mas teve que pedir demissão do seu emprego, pois o curso era no período matutino.

Mesmo com o benefício, Wellington acumulou 4 mil reais em dívidas com mensalidades em um único semestre. “Eu lembro claramente da cena: comecei a chorar porque sabia que minha família não teria condições de pagar a graduação pra mim. Foi uma das piores sensações da minha vida, saber que por não ter dinheiro suficiente eu não conseguiria realizar esse sonho.”

Wellington teve que abandonar o curso, mas não abandonou seus objetivos. Continuou se dedicando aos estudos e, em 2017, conseguiu entrar na UFSC através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele ingressou em uma das duas vagas reservadas no curso de Direito para estudantes de famílias de baixa renda e que estudaram em escolas públicas até concluírem o ensino médio.

Wellington depende de benefícios como a bolsa estudantil, isenção no Restaurante Universitário (RU) e da moradia estudantil para permanecer na universidade. A mãe não conseguiria bancar todas as despesas do filho em Florianópolis. “A UFSC abre portas para pessoas que, assim como eu, não conseguiriam pagar toda a graduação”, afirma.

O sentimento de preocupação com o futuro do ensino público do país tomou conta também de Carolina Fronza, estudante da sétima fase do curso de Letras-Português na UFSC. Para ela, a universidade pública é lugar de convívio e integração entre diferentes culturas e deve ser preservada. “Foram muitos anos de mobilização para que chegássemos nesse nível de inclusão e interação social existente hoje. É difícil acreditar que isso está acontecendo.”

Doutorando em Educação na UFSC e professor universitário há mais de 20 anos, Ilson Blogoslawski avalia que o bloqueio anunciado pelo governo federal está em desacordo com metas estabelecidas para o país. “As metas do Planos Nacional

normalidade, entendendo a situação e a discussão dos assuntos atuais. Mas existe uma preocupação de que as atividades de educação possam ser prejudicadas com o contingenciamento no próximo semestre”, afirma. Marino revela ainda os esforços da pró-reitoria de graduação da universidade para evitar uma possível evasão estudantil, já que programas de permanência, como bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, podem ser impactados. “Há muitos estudantes que estão em condição de estar em sala de aula em virtude dos programas de permanência. Se não conseguirmos fazer o que está programado, podemos ter um impacto significativo nas atividades de ensino”, explica.

Suspensão de intercâmbios

A UFSC possui mais de 340 convênios bilaterais internacionais com 38 países do mundo. Em 2018, segundo a Secretaria de Relações Internacionais (Sinter), 248 estudantes brasileiros foram beneficiados por esses acordos (*Outgoing*) e 517 estudantes estrangeiros fizeram intercâmbio na Universidade (*Incoming*). Com o bloqueio orçamentário do MEC, a UFSC, por meio da Secretaria de Relações Internacionais, teve de suspender algumas mobilidades internacionais por tempo indeterminado.

Os programas que terão atividades interrompidas em 2019 são o Escala Docente, Grado, Posgrado e Gestores y Administradores da Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), BRACOL e BRAMEX do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). Estudantes que haviam sido selecionados para estudar no exterior a partir do segundo semestre deste ano terão que cancelar seus planos. A determinação também atinge bolsas para os públicos docentes e técnico-administrativos.

Em 2014, a estudante francesa Clara Schnebel foi uma das beneficiadas pelos convênios de intercâmbio entre a UFSC e outras universidades estrangeiras. Ela estudou Jornalismo na UFSC por um ano e teve como experiência acadêmica o aprendizado prático nas áreas de rádio-jornalismo, telejornalismo e redação. “Na Sorbonne é muita teoria e pouca prática. Como eu queria ser jornalista, eu queria me aperfeiçoar a escrever, gravar e filmar, pois nunca havia feito na Sorbonne”. Clara recebia pelo programa de assistência social Crous Paris auxílio de assistência social para estudar na França e para fazer intercâmbio internacional.

Para ela, a UFSC representou muito mais que aprendizado em Comunicação, fez com que tivesse mais confiança em seus objetivos. “Esse ano foi muito importante na minha vida, pois me ajudou a ter confiança no meu trabalho. Encontrei pessoas, professores e colegas de aula, que me auxiliaram a crescer.” No futuro, depois que terminar o mestrado em Jornalismo, no Institut international de l'image et du son (Instituto Internacional de Imagem e do Som), pretende trabalhar no Brasil.

Ser estudante da UFSC também foi a escolha de Alfredo Calì, de 33 anos. O italiano da Sicília é doutorando em Engenharia Civil (PPGEC) e está desenvolvendo pesquisa sobre gerenciamento de estruturas históricas e avaliação de risco estrutural.

“A UFSC abre portas para pessoas que, assim como eu, não podem pagar a graduação”

da Educação conduzem caminhos para avançar, mas este governo parece ir na contramão. É complicado ter alguém que não é da área educacional à frente do Ministério da Educação, a redução de investimentos com as instituições de ensino representa um atraso para a nação.”

Ilson considera as universidades públicas um espaço para formação cidadã e faz um alerta para as possíveis consequências do bloqueio de verbas. “As universidades públicas preparam as futuras gerações de jovens para vida cidadã, para o trabalho, para a autonomia e responsabilidade de continuar a contribuir com a construção do mundo em que vivemos. A dor maior será das famílias que poderão ver seus filhos e filhas abandonando os estudos por falta de recursos e assistência.”

Atualmente na UFSC, de acordo com dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento da instituição de 2018, 29.303 alunos estão matriculados nos cursos de graduação presenciais, 1.488 na modalidade Ensino a Distância (EaD) e 11.354 estudantes na pós-graduação. Ao todo, são oferecidas 5.420 bolsas de auxílio para graduação, atividades de estágio, extensão, iniciação científica, monitoria e estudantil. A pós-graduação tem 1.407 bolsas disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

De acordo com o pró-reitor de graduação da UFSC, Alexandre Marino Costa, estamos vivendo um ambiente de indefinições. “As atividades estão sendo ofertadas dentro da

“O interesse em vir para a UFSC surgiu a partir da ótima posição da Universidade nas áreas científicas no Brasil, uma das melhores do país”, conta. Alfredo recebia uma bolsa do Elarch, do Programa Erasmus Mundus. A bolsa durou apenas 37 meses e o curso geral da UFSC é de 48 meses, o que dificultou a sua permanência em Florianópolis. Atualmente, mora na Itália e recebe uma bolsa de fomento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no PPGEC, com duração até setembro, para completar o período de estudos.

“Fiquei muito satisfeito pela experiência, porque além do lado científico, a experiência pessoal me enriqueceu”, reconhece. Quando precisou sanar dúvidas burocráticas de documentação para o visto e em relação ao curso teve suporte das orientadoras e colegas. Agora, está na fase final do seu projeto, elaborando a tese.

Pedro Machado Santos Rohde é beneficiário de uma bolsa de fomento pela Capes. O estudante da sétima fase do curso de Engenharia Eletrônica e outras duas estudantes do curso de Engenharia Elétrica da UFSC fazem intercâmbio na França através do programa Brasil France Ingénieur Technologie (Brafitec), uma iniciativa de cooperação acadêmica na área de Engenharia. “O aluno aqui não precisa desenvolver pesquisa, nem trabalhar em laboratório, só seguir o currículo normal da universidade”, explica.

Pedro foi selecionado no projeto Score, programa de intercâmbio entre os cursos de Engenharia Elétrica da UFPE, UFRN e UFSC do lado brasileiro e o Institut National Polytechnique de Toulouse (ENSE-EIHT/INPT) e ENSEE3 da Grenoble - INP, do lado francês, sob a orientação de Patrick Kuo Peng, professor na UFSC.

A seleção acontece através da aprovação de projetos inscritos pelos professores das universidades brasileiras, para estudo de um a dois anos fora do país. Os projetos são financiados com recursos no valor anual de 14,8 milhões de reais para os três primeiros anos de projeto e 712,8 mil reais para o último ano de vigência. Para ser selecionado, o estudante precisa ter boas notas, enviar uma carta de motivação, ter nível de proficiência em francês e passar por uma entrevista.

Cada estudante recebe uma bolsa de 870 euros, seguro saúde e adicional de localidade, mensais, além de auxílio instalação, adicional de localidade e auxílio deslocamento. A bolsa tem duração de um ano e o aluno tem a possibilidade de ficar por mais um ano, se for aprovado. Para os alunos que as universidades de destino possuem acordo de dupla diplomação, a Capes disponibiliza uma bolsa adicional com duração de seis meses. Nos outros quatro meses restantes do semestre, ele pode se manter com o estágio obrigatório, que é remunerado. Pela regra da Capes, ao fim do intercâmbio, o estudante deve cumprir o mesmo período na universidade de origem e pode se formar com dupla diplomação de graduação (França e Brasil).

O aluno selecionado apenas para um ano de bolsa e que pretende ficar mais tempo precisa se manter por conta própria. “Dá pra economizar a bolsa do pri-

meiro ano para isso e existe a possibilidade de fazer um estágio no verão entre o primeiro e segundo ano”, sugere. Na França todos os estágios de mais de oito semanas são por lei remunerados. “Eu e meus colegas vamos fazer um estágio nesse verão. Alguns em laboratórios de universidades, outros em empresas, desde startups até grandes empresas”, afirma.

Pedro acredita que a experiência dará acesso ao mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto no exterior. “É uma experiência que as empresas brasileiras e mesmo as estrangeiras valorizam bastante, até porque são poucas as pessoas no Brasil que têm essa oportunidade. Então é algo que possivelmente vai abrir muitas portas para nós, ainda mais num cenário em que o mercado de trabalho brasileiro está cada vez mais concorrido”, espera.

O projeto, no qual o aluno foi contemplado, não foi renovado. O motivo foi a redução no orçamento do número de bolsas no programa, edital de 2018. Apenas 15 vagas estavam disponíveis para submissão de projetos de todo o Brasil.

“Para a nação, reduzir investimentos com as instituições de ensino representa um atraso”

Recentemente, a Capes divulgou a abertura de um novo edital de seleção de projetos, com data de finalização em setembro de 2019 e resultado para final de dezembro.

Mobilidade acadêmica

O programa Andifes de Mobilidade Acadêmica Santander é mais uma oportunidade para estudar em outra instituição de ensino. Ele possibilita ao estudante de graduação ter um vínculo temporário com alguma universidade pública por um período de um a três semestres, com bolsa equivalente a 600,00 reais mensais por cinco meses. São selecionados alunos com excelência curricular e experiência em projetos de extensão, pesquisa científica e voluntariado. Jandir Santos, 25 anos, egresso da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), foi selecionado para estudar Letras – Língua e Literatura Portuguesa, em 2015, na UFSC.

“Escolhi passar uma temporada em uma das grandes federais do Sul do país para contrastar com minha vivência nordestina, desenvolvendo projetos didáticos que levassem em conta as duas realidades”, lembra.

Para ele a oportunidade de estudar em duas instituições públicas de ensino superior trouxe desenvolvimento pessoal, autonomia e conhecimentos, que somente o contato com vivências diferentes pode propiciar. “Foi por meio da experiência universitária que eu, filho de motorista do transporte coletivo e de uma trabalhadora

autônoma, me descobri pesquisador, me descobri professor, e ousei me aventurar no mundo da produção acadêmica e literária”, afirma.

Hoje, Jandir é mestrando de Letras na UFAM. Para ele presenciar o desmonte do ensino superior é algo doloroso e representa um retrocesso ao reconhecimento das universidades – e da Educação, consequentemente – como um agente de transformação social. “Permitir o avanço desse projeto é tirar das pessoas que não gozam de recursos financeiros uma oportunidade singular de ter experiências parecidas”, conclui.

Reconhecimento nacional

A UFSC é a sexta melhor do país de acordo com o Ranking Universitário Folha (RUF) 2018, avaliação anual realizada pelo jornal Folha de S.Paulo. Como está entre as 10 melhores do país é uma das mais procuradas, somente no vestibular de 2018, recebeu 31,3 mil inscritos. Este ano, mais um vestibular está sendo preparado e Glória Maria da Silva de Jesus, 17 anos, é uma das pessoas que vai realizar a prova em dezembro.

A estudante natural de Fortaleza sempre sonhou entrar em uma faculdade, desde os seis anos de idade. Em 2020, pretende iniciar Jornalismo na UFSC. “Durante o Ensino Médio, eu estava estudando para fazer Medicina, para ajudar as pessoas. Quando não passei no vestibular entrei em uma crise, porque não sabia se era exatamente aquilo que queria. Então descobri o jornalismo e me encontrei e sei que é possível ajudar pessoas também”.

A estudante é filha única e mora em Florianópolis, onde faz cursinho pré-vestibular. Está inscrita no vestibular da UFSC e também no Enem e tem se preparado para os exames estudando todos os dias de manhã e pela tarde em casa ou na biblioteca pública da cidade. “Como eu vim de outra cidade, o vestibular da universidade é diferente, as vezes me sinto meio para trás, mas estou me dedicando ao máximo”. Para ela, estudar em uma universidade pública e de qualidade é uma oportunidade única na vida, já que além do conhecimento teórico a pessoa também tem um desenvolvimento como humano, “pelo pouco que conheço e pelo motivo que escolhi estudar lá é porque ela é uma das melhores para estudar, melhores professores, um melhor desenvolvimento até das próprias pessoas”.

Como futura estudante da universidade ela defende que o ensino deve ser gratuito e para todos. “Nós temos que lutar pela Educação, com ela podemos fazer grandes mudanças não só no país, mas também no mundo. Porque conhecimento é poder!” **Z**

“Nós temos que lutar pela educação, com ela podemos fazer grandes mudanças não só no país, mas também no mundo. Porque conhecimento é poder!”
Glória Maria de Jesus da Silva, estudante

FOTO: JÉSSICA ANTUNES

Brasil pode reviver “fuga de cérebros”

Ameaça a pesquisas faz estudantes pensarem em futuro no exterior ou viver incerteza no país

O Laboratório de Células-Tronco e Bioengenharia localizado no Centro de Ciências Biológicas (CCB), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no bairro Córrego Grande, é praticamente uma segunda casa para Fabiane Nascimento, de 23 anos. Sem férias e sem hora para ir embora, é lá que a mestrandia em Biologia Celular e Desenvolvimento passa a maior parte de seus dias. Formada em Biotecnologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), desde 2018 ela vive em Florianópolis para se dedicar a uma pesquisa sobre regeneração óssea.

O objetivo é desenvolver um método que seja menos invasivo para o tratamento de pessoas diagnosticadas com doenças ou problemas ósseos, como a *geno varo*, popularmente conhecida como “perna de alicante”, uma condição onde os joelhos se mantêm afastados mesmo quando a pessoa consegue encostar um tornozelo no outro. Isso normalmente acontece porque a tíbia não fica corretamente alinhada com o fêmur, dando uma forma diferente à linha da perna. “Minha pesquisa é essencial, porque eu posso conseguir transformar uma criança que ainda no útero da mãe foi detectada com alguma doença óssea, alguma má-formação”, afirma a pesquisadora.

O trabalho de Fabiane é um exemplo das milhares de linhas de pesquisa que ajudam a resolver os mais diversos problemas relacionados não apenas à saúde, mas também a outras áreas como tecnologia e sociedade, produzidas nas instituições de ensino brasileiras: só as universidades públicas representam 95% das pesquisas realizadas no país, segundo artigo reproduzido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Com 87 programas de pós-graduação, a UFSC aparece em 8º lugar entre as instituições nacionais que realizam pesquisa, aponta o Ranking Universitário da Folha de 2018. Apesar do destaque, o corte de bolsas anunciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o bloqueio de verbas em instituições federais ameaçam a continuidade de pesquisas fundamentais para a produção científica no Brasil.

Como órgão do Ministério da Educação, a Capes é responsável pelo acompanhamento e avaliação de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em âmbito nacional para garantir e ampliar a qualidade das pesquisas desenvolvidas nas instituições de ensino. Durante o processo avaliativo, que acontece a cada quatro anos, os programas de pós-graduação em fun-

cionamento no Brasil recebem notas na escala de um a sete: aqueles que alçarem nota igual ou superior a quatro continuam regulares e, em contrapartida, os que obtiverem nota inferior ou igual a três são desativados. A partir da próxima avaliação, a Capes utilizará três critérios gerais para avaliar as pós-graduações: Programa, Formação e Impacto na sociedade. Segundo o site da instituição, no quesito Programa, serão avaliados o funcionamento, a estrutura e o planejamento da pós-graduação em relação ao seu perfil e aos seus objetivos. Em relação à Formação, a análise incluirá qualidade das teses, dissertações, produção intelectual de alunos e professores e das atividades de pesquisa, bem como a avaliação do egresso. Já no quesito Impacto na Sociedade, a avaliação vai se ater ao caráter inovador da produção intelectual, os efeitos econômicos e sociais do programa, internacionalização e visibilidade.

A UFSC possui atualmente 20 programas de pesquisa considerados de excelência com notas seis e sete. Em maio, foram cortadas 70 bolsas consideradas “ociosas”, ou seja, sem uso durante o mês de abril em programas de nota três, quatro e cinco de mestrado, doutorado e pós-doutorado

ciação em diversas categorias funcionais de células, ou seja, as células-tronco têm capacidade de se dividir e se transformar em outros tipos de células. Elas podem ser programadas para desenvolver funções específicas, uma vez que se encontram em um estágio em que ainda não estão totalmente especializadas. Esse trabalho é importante para tratamentos de regeneração óssea, podendo evitar inúmeras cirurgias ou o uso de ferros em uma fratura. O osso é um dos poucos órgãos do corpo humano capazes de se regenerar por conta própria. Uma das alternativas encontradas para seguir a pesquisa mesmo sem novos materiais é reutilizar utensílios laboratoriais, como, por exemplo, pipeta e vortex, que deveriam ser descartados. Nessas condições, a análise feita não pode ser lançada no mercado e nem como produto, servindo apenas para conhecimento próprio e produção de artigos científicos. Ela conta que “é muito complicado estar investindo, me qualificando para trabalhar em um país que eu sei que não vai me dar o devido retorno”, por isso considera no futuro trabalhar no exterior.

A estudante de doutorado Cecília Augusta Vieira, 30 anos, teve a oportunidade de pesquisar no exterior e perceber a estrutura e valorização do trabalho de pesquisadores da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Lá, ela desenvolveu sua pesquisa sobre variação linguística do português brasileiro e europeu em cartas pessoais dos séculos XIX e XX. A ideia de seguir essa linha de estudos veio das vivências que teve durante a graduação como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e como voluntária no Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil (Varsul), onde desenvolveu projetos semelhantes de investigação da língua. Desde que ingressou no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC – nota seis pela Capes e um dos seis melhores do país na área – a estudante recebe bolsa para se dedicar exclusivamente à pesquisa, inclusive enquanto esteve em Portugal. Em março de 2020, Cecília entrega a tese de conclusão de seu doutorado e mesmo com as incertezas em relação à Universidade ela se mantém positiva. “Estamos lutando”, garante ela, em referência às manifestações contra os cortes da educação.

Mesmo sem conhecimento sobre o destino de suas pesquisas, as perspectivas de Fabiane e Cecília sobre o futuro se esbarram. Ambas acreditam que os cortes não afetam somente a conclusão de suas pesquisas, mas também a sociedade como um todo. “É dar um tiro no pé, você tirar esse investimento da educação e ainda defender esses cortes”, reforça Fabiane. Mesmo afirmando que se considera privilegiada por ter acesso à educação de nível superior, ela reitera que precisa existir um contato maior entre a academia e a população para que haja a difusão do que é produzido dentro da universidade. Para Cecília, seus dias são dedicados a terminar sua tese e defendê-la. Seu objetivo é um só. “O meu sonho é ser professora da UFSC, tenho consciência de que, talvez, isso não venha tão cedo. Mas eu quero ser professora e isso é o que importa.” **Z**

“Na minha pesquisa, posso ajudar uma criança que ainda no útero da mãe foi detectada com doença óssea ou má formação.”
Fabiane Nascimento, mestrandia no Programa de Pós-Graduação de Biologia e Desenvolvimento Celular da UFSC.

FOTO: LÍVIA TOKASIKI

“Tirar o investimento e ainda defender esses cortes é dar um tiro no pé”

da UFSC. As bolsas, no entanto, não estavam realmente ociosas e novos bolsistas estavam em processo de seleção para ocupá-las, como explicou o superintendente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Juarez Vieira do Nascimento. Em junho, a Capes anunciou o corte de bolsas de programas que tiveram nota três nas duas últimas avaliações realizadas pela instituição em 2013 e 2017. Essa medida não atinge nenhum programa de pós-graduação na UFSC. Em julho, o anúncio foi de congelamento de recursos de programas de pesquisa que tiveram redução de nota de cinco para quatro nas últimas avaliações, decisão que atingiu os cursos de pós-graduação em Educação, Física e História da UFSC. Outra medida foi o congelamento de bolsas em programas que tiveram nota quatro nas duas últimas avaliações, atingindo os cursos de Administração, Agroecossistemas, Ciências Médicas, Jornalismo, Nutrição, Odontologia e Biologia Celular e Desenvolvimento.

Fabiane continuará recebendo o auxílio até fevereiro de 2020, quando está previsto o fim de seu mestrado. Ainda assim, ela se preocupa e percebe no dia a dia dificuldades para desenvolver seus estudos. Um exemplo é a falta de equipamentos e espaços adequados para desenvolver as análises de células-tronco, que têm capacidade de autorrenovação e de diferen-

Sistema da UFSC acelera atendimentos na saúde básica

Projeto desenvolvido na universidade zera filas e facilita acesso a diagnósticos

Encravada na encosta da Serra Geral, a cidade catarinense de Santa Rosa de Lima tem pouco mais de 2 mil habitantes. A cidadela é um dos 150 menores municípios do país e sua estrutura urbana combina com seu tamanho: poucas ruas, Câmara de Vereadores funcionando em casinha de madeira, uma agência de banco e uma dos Correios. Na aparência, nada destoia da imagem pacata das cidadezinhas que ficam longe de grandes centros e perto de propriedades de agricultura familiar.

O posto de saúde do município tem a mesma cara das Unidades Básicas espalhadas pelo país: fachada branca adornada com placas que exibem os emblemas do Sistema Único de Saúde (SUS), em azul. Mas é bem ali que Santa Rosa destoia das outras cidades pequenas coalhadas pelos interiores brasileiros. A Unidade Básica de Saúde da pequenina cidade catarinense ostenta níveis altos de resolubilidade e eficiência no atendimento médico.

Grande parte do sucesso, que não é novidade e já vem de anos, foi propiciada pela UFSC. A rapidez no atendimento e os *feedbacks* positivos da população local foram garantidos, em parte, por tecnologias de suporte médico criadas pela universidade. A 120 quilômetros de Santa Rosa, no campus da UFSC de Florianópolis, foram desenvolvidos os sistemas Telessaúde e Telemedicina, responsáveis por zerar filas e facilitar os diagnósticos realizados na Unidade Básica de Saúde interiorana.

O médico especializado em Saúde da Família, Murilo Leandro Marcos, considera que as ferramentas desenvolvidas pela universidade oferecem um suporte essencial para os profissionais de saúde que atendem longe dos grandes centros. Ele conta que em cidades como Santa Rosa não há uma rede de profissionais para discutir condutas, tirar dúvidas médicas e é mais difícil fazer o encaminhamento para especialistas. Justamente por isso, os sistemas criados na UFSC são fundamentais, já que oferecem suporte para diagnósticos, consultoria especializada e programas de formação continuada para profissionais de saúde. Tudo online e disponível gratuitamente.

“Em Santa Rosa de Lima conseguimos zerar a fila de dermatologia usando os sistemas da UFSC Teledermatologia e Telemedicina. E a ajuda não é só imediata, porque o site também propicia formação, o que melhora a técnica do profissional. Sem dúvida isso repercute em aumento de resolubilidade. Para o paciente é ótimo porque tem a solução de forma mais rápida.”

Os sistemas que garantem o aperfeiçoamento da saúde pública de cidades como Santa Rosa de Lima começaram a ser desenvolvidos há muitos anos. A prestação de serviços de saúde à distância através do uso de tecnologias de comunicação tem sido estudada no Brasil desde os anos 1980. Na década de 1990 já havia relatos estrutu-

rados sobre o uso de telecardiologia, videoconferências e sites oficiais sobre saúde.

Ao longo dos anos, o Ministério da Saúde fomentou pesquisas e experiências relacionadas ao uso de ferramentas digitais para o fortalecimento e expansão do SUS. Em 2005, o Departamento de Gestão na Educação da Saúde começou a investir na criação de sistemas voltados para os atendimentos dos postos de saúde - a chamada Atenção Primária. Sobre esse período, um estudo publicado na *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais* relata: “Desde o início buscou-se integrar diferentes Ministérios, gestores estaduais e municipais, unindo a expertise da academia com as necessidades em saúde pública, em busca de ampliar o acesso e o uso aos serviços de telemedicina e telessaúde, buscando melhorar a qualidade da APS [Atenção Primária] no SUS por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação.”

Em seguida, em 2007, o governo federal lançou um projeto para desenvolver o Telessaúde a nível nacional. Sobre este projeto, pesquisas apontam que um ano após a implantação do Programa Nacional de Telessaúde, a diminuição de deslocamentos de pacientes já havia possibilitado a economia de 35 milhões de reais para o SUS.

Um ano após a implantação do Telessaúde, foram economizados 35 milhões de reais

Na primeira etapa, dez estados foram escolhidos para fazer parte da experiência piloto e, dentre eles, Santa Catarina. A escolha aconteceu porque já havia aqui um histórico de desenvolvimento da telessaúde. Ainda em 1997 nascia na UFSC um grupo dedicado à produção de tecnologias da informação para uso em saúde. O chamado Grupo Cyclops começou desenvolvendo ferramentas para diminuir o custo e tempo de espera de exames. Desde o início, o núcleo atuava em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, unindo a produção acadêmica à oferta de serviços públicos.

O trabalho do Cyclops culminou na criação da Rede Catarinense de Telemedicina, em 2005, que pela primeira vez conectou cinco municípios do extremo oeste catarinense com Florianópolis para a realização de exames via internet. Participando do projeto nacional, em 2008, começaram a trabalhar conjuntamente o Hospital Universitário, a Pós-graduação em Saúde Pública da UFSC e gestores municipais e estaduais. Foram distribuídos computadores para os postos de saúde do interior do estado com o objetivo de implantar uma rede de serviços de educação permanente.

Hoje, Santa Catarina possui uma plataforma online própria que funciona como um banco de serviços de telessaúde, que é coordenada e alimentada pela UFSC. A plataforma, que também foi desenvolvida pela

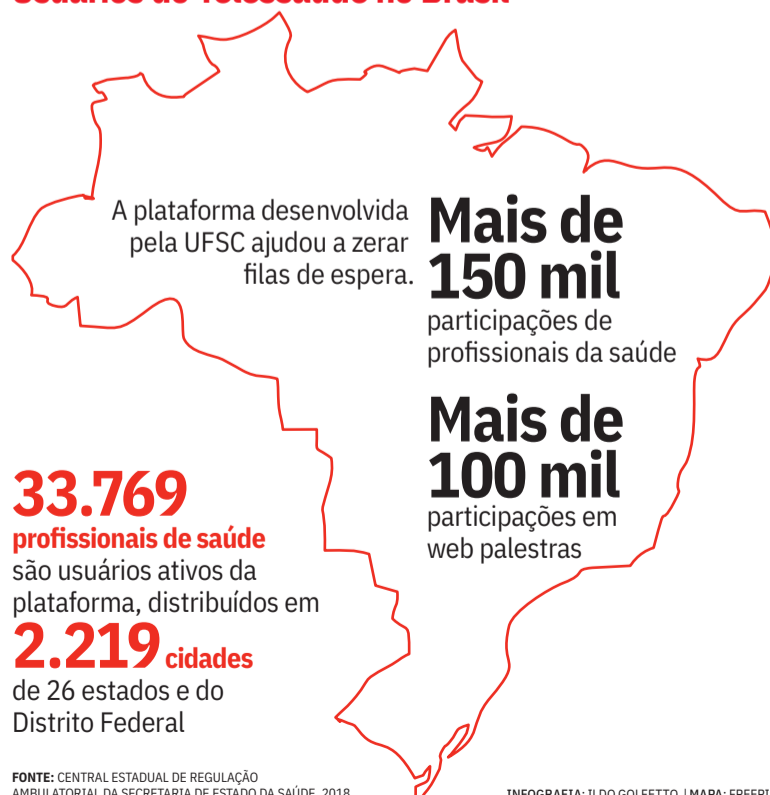
universidade, oferece laudos à distância de diversas modalidades, acesso dos pacientes aos seus exames, webpalestras, teleconsultorias para médicos em tempo real e por mensagem de texto, cursos a distância, vídeos e outros materiais de apoio para formação e qualificação profissional. Os serviços da plataforma estão disponíveis em 100% dos municípios de Santa Catarina para os profissionais da atenção básica.

Mas as tecnologias para fortalecimento do SUS desenvolvidas na UFSC não se restringem apenas às cidades catarinenses. Profissionais de outros níveis de atenção, gestores, professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação do Brasil inteiro também podem acessá-las. O sistema de diagnóstico à distância em dermatologia está sendo replicado em outros estados, desde o ano passado. Atualmente, Mato Grosso e Bahia estão implantando e usando o modelo de Teledermatologia desenvolvido no campus de Florianópolis.

No escritório do Telessaúde SC é comum ver profissionais de outros estados vindo se informar sobre tecnologias, protocolos e cursos desenvolvidos no núcleo sediado na UFSC. Até a rede privada tem acompanhado o trabalho: ano passado, uma comitiva de profissionais do Hospital Albert Einstein, de São Paulo, visitou o núcleo para conhecer mais sobre a Teledermatologia. Como resultado, em maio deste ano, o governador de São Paulo “criou” um programa de diagnóstico de câncer de pele em parceria com o hospital israelita. O sistema paulista replica o que já é oferecido em Santa Catarina, de forma bem mais ampla, desde 2011.

Além dos materiais elaborados para os profissionais de saúde, o Telessaúde também está produzindo vídeos educativos voltados diretamente à população. Os materiais buscam explicar o funcionamento do SUS, conceitos da área da saúde e os direitos previstos pela Constituição Federal. E já foram compartilhados com, pelo menos, 537 municípios de todos os estados brasileiros. Só em Santa Catarina, 107 cidades já exibem os vídeos em seus postos de saúde. Dentre elas, Santa Rosa de Lima. **Z**

Usuários do Telessaúde no Brasil



Quanto vale o seu pensamento crítico?

Conhecimento produzido pela Filosofia e pela Sociologia gera retorno que não é imediato, mas é essencial à sociedade a longo prazo

Para que serve a Educação? A resposta para essa pergunta revela diferentes visões de mundo e de modelos de sociedade que se deseja, tipos de conhecimento que devem ser ensinados e como se espera que as pessoas ajam no cotidiano: seja reproduzindo velhas maneiras de pensar ou criando novas possibilidades.

Para o presidente Jair Bolsonaro, segundo sua publicação no Twitter, em 26 de abril deste ano, educar se limita a ensinar a ler, escrever, fazer conta e aprender um ofício que gere renda. É um entendimento que não contempla a educação em sua finalidade constitucional, que é a de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido, a Educação deveria levar em conta a formação de um pensamento crítico, que auxilie o estudante a pensar sobre seu próprio contexto social e a tomar decisões éticas, tanto na vida pessoal quanto no trabalho.

“O Ministro da Educação estuda descentralizar investimento em faculdades de Filosofia e Sociologia (Humanas). O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: Veterinária, Engenharia e Medicina”, escreveu o presidente no Twitter.

Ao atacar diretamente os cursos de Filosofia e Sociologia, o presidente Bolsonaro e o ministro Abraham Weintraub, da Educação, se lançam contra um elemento que é fundamental para a cidadania e o desenvolvimento humano: o espírito crítico.

“Nós lidamos com argumentos e justificativas de argumentos, e quando eles não estão presentes [numa discussão], a Filosofia e a Sociologia questionam isso. Não é à toa que grupos que apontem o que é injustificável estejam sob ataque”, ressalta Roberto Wu, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSC. Segundo ele, a Sociologia e a Filosofia sempre irão apontar

contradições de um argumento, independentemente de onde venha o enunciado.

O pensamento crítico, cerne da Filosofia, é o elemento fundamentalmente humano e insubstituível que procura alternativas ao estado atual das coisas. A Filosofia se presta a pensar sobre questões que não são dadas na natureza. O objetivo não é fornecer respostas únicas, mas levantar perguntas: como devemos agir em determinadas situações? Qual é a maneira mais correta de nos relacionarmos com outros seres vivos? Quais são os limites de atuação da inteligência artificial na substituição da atividade humana? Quem decide o destino de um paciente terminal?

Já a Sociologia busca compreender os fenômenos sociais e as formas de interação na sociedade, para poder fornecer respostas e apontar caminhos possíveis. É a Sociologia que pesquisa os impactos sociais da construção de uma hidrelétrica em uma comunidade ribeirinha; que estuda as causas sociais da violência, o processo de urbanização acelerada e a favelização nas grandes cidades. Por estar atrelada,

“Como as coisas vão mudar se as pessoas têm sempre as mesmas interpretações?”

muitas vezes, às minorias sociais, é classificada pelo governo como ideológica.

Por meio de pesquisas populacionais, de cultura e de comportamento, de etnia e gênero, por exemplo, a Sociologia traça perfis sobre determinadas populações e contribui para a formulação de políticas públicas mais assertivas. A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, partiu de pesquisas sociológicas que indicaram que a violência contra a mulher ocorre, em sua maioria, dentro de casa. Outras políticas públicas formuladas com aporte sociológico são as ações afirmativas, que promovem a redução das desigualdades, e a criminalização do racismo. Isso porque os estudos da Sociologia evidenciam as opressões e injustiças através de estatísticas, mesmo que elas já sejam percebidas no cotidiano.

“O papel da sociologia é desnaturalizar coisas”, explica Ernesto Seidl, coordenador da Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Ele observa

que muitas das questões que são desnaturalizadas pela Sociologia mexem com a identidade e a moral das pessoas, e, por isso, tendem a ser polêmicas. “Não é natural menino usar azul e menina usar rosa, a heteronormatividade não é natural, a desigualdade não é natural”, afirma.

Assim como as Ciências Exatas, as Ciências Humanas buscam o máximo de objetividade em suas pesquisas e resultados. No entanto, essa objetividade, que diz respeito à fidelidade com que se retrata a realidade, tem seus limites em qualquer campo do conhecimento. Isso significa que até mesmo a Engenharia e a Medicina, por exemplo, precisam refletir sobre suas respectivas áreas. E a Filosofia é a principal contribuinte no debate sobre a natureza e os limites do conhecimento.

Em nota de repúdio à declaração do presidente e do ministro, o Departamento de Filosofia da UFSC apontou que as autoridades ignoram que muitas discussões filosóficas têm implicações diretas em outras áreas do conhecimento. “É impossível pensar sobre a Medicina sem considerar pressupostos sobre o que é a vida, pensar sobre a Veterinária sem assumir pressupostos sobre a nossa relação com outros seres vivos.”

Segundo Wu, os dilemas filosóficos abrem outros olhares para cada uma dessas ciências. “Não basta você apenas assimilar e aprender o que é ensinado”, critica. “Como as coisas vão mudar no mundo se as pessoas têm sempre as mesmas interpretações?”

Por não ser técnica e aplicada num produto, a Filosofia não é vista como produtiva por setores da sociedade que ligam o conceito de produtividade ao dinheiro. Mas, para o bom filósofo, nenhum conceito traz uma verdade absoluta. Para Wu, ser produtivo é outra coisa: é chegar a um conhecimento que não havia antes. “E esse conhecimento, em algum momento, sempre vai ter um impacto no mundo”, destaca.

Reações

Diversas entidades se manifestaram contra a declaração do ministro da Educação. Em 26 de abril, sociólogos e profissionais de Ciências Humanas da Universidade de Harvard divulgaram uma carta aberta que contradiz a ideia de que a universidade deva produzir “retornos imediatos” sobre os investimentos. “O objetivo do ensino superior deve sempre ser o de produzir uma sociedade educada e enriquecida que se beneficie do esforço coletivo para criar o conhecimento humano. O ensino superior é um propósito em si”, diz a carta.

Também no dia 26 de abril, a Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais e o Observatório do Conhecimento divulgaram uma nota. “Não há nação desenvolvida no mundo que não possua forte investimento em campos de estudo como os da Filosofia e Sociologia. São estes que permitem estruturar o desenvolvimento de um país, formulando as estratégias para o crescimento econômico e atenção à população. Ao atacar as humanidades, o pensamento estratégico, Bolsonaro acaba por nos condenar à miséria, econômica e intelectual, nos relegar à escuridão da ignorância.”

Ciência que transforma: Embora não sejam tão fáceis de visualizar, as pesquisas das Ciências Humanas contribuem para o desenvolvimento do país por meio do conhecimento. A Revista Estudos Feministas, publicação de referência, ajuda a refletir sobre os movimentos sociais.



FOTO: EDUARDO IAREK

UFSC transforma a vida da comunidade

Projeto incentiva consciência crítica sobre gastos públicos no ensino fundamental

O Art. 43, parágrafo VII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 prevê que a Educação Superior tem o dever de “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Nas reportagens anteriores, o Zero abordou a função e a importância do Ensino e da Pesquisa. Agora, o foco é o terceiro e último pilar que constitui uma universidade: a Extensão.

Existe uma razão para universidades não se localizarem em lugares distantes, completamente isoladas, longe de tudo e todos. E não é apenas para facilitar a logística e o ir e vir de quem a frequenta. A razão está no próprio conceito de Extensão: o conhecimento produzido por uma universidade deve ser estendido à comunidade externa. E, por definição do Ministério da Educação (MEC), uma instituição de ensino superior só será reconhecida como “Universidade”, dentre outros requisitos, quando possuir Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), já são mais de 7.000 projetos de extensão em andamento, com 1.224 registrados apenas em 2019. Esses projetos podem ser financiados por instituições públicas, como é o caso do Lab Bridge, um laboratório integrado ao Centro Tecnológico (CTC) da UFSC, especializado em desenvolvimento de soluções tecnológicas. O Lab Bridge possui parceria com o Ministério da Saúde desde 2012, e foi responsável, por exemplo, pela criação do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), usado pelo SUS para registrar os atendimentos clínicos dos pacientes de forma online.

O financiamento também pode vir de empresas privadas ou mesmo não ter financiamento, quando a realização do projeto fica a cargo dos agentes interessados. A Pró-Reitoria de Extensão da UFSC oferece diversos editais de apoio aos projetos realizados na universidade, como o PROBOLSAS, que atualmente contempla mais de 450 bolsas em andamento. O Pró-reitor de Extensão da UFSC, Professor Rogério Cid Bastos, diz encará-las não como um salário, mas como um incentivo à formação e à evolução acadêmica dos alunos. “Se não tivesse extensão, não existiria interação com a comunidade. Se não tiver interação com a comunidade, não tem razão de ser Universidade,” enfatiza Rogério.

Sobre o contingenciamento de verbas na universidade, o Pró-reitor garantiu que, por conta de o financiamento da área da Extensão ser todo proveniente de recursos próprios, “corte de bolsas é a



**“Se não
tiver interação
com a comunidade,
não tem razão de
ser Universidade”**

última coisa que a gente vai fazer, a última. Seria a mesma coisa que dizer que vou cortar a motivação para a pessoa trabalhar mais”.

Via de mão dupla

Uma das formas de devolver o ensino e a pesquisa desenvolvidos na universidade para a comunidade externa é através das escolas da região. Existe um projeto de Extensão do Departamento de Ciências Contábeis da UFSC que, há três anos, faz uma ação por semestre nesses locais. De forma didática e lúdica, os voluntários levam conceitos como orçamento público, arrecadação e gastos para alunos do Ensino Fundamental. “A ideia foi trazer esses conceitos para o cidadão que tem em torno de 10 anos, que tem compreensão de muitas coisas, mas não tem maturidade e não vai ter interesse em um tema que se torna chato para ele”, explica Fabricia Silva da Rosa, coordenadora do projeto e professora do Departamento de Ciências Contábeis.

Neste semestre, a escola selecionada para a realização do projeto foi a Escola de Educação Básica Getúlio Vargas, no bairro Saco dos Limões. Durante uma manhã, os alunos do 7º ano puderam aprender sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA), entre outras temáticas de despesas públicas através de jogos de tabuleiro, jogos eletrônicos e maquetes. “Antes era zero de conhecimento, agora a gente já sabe mais um pouquinho”, conta Ivaldo da Rosa Fonseca Jr., estudante do 7º ano.

Os materiais didáticos usados no projeto são elaborados pelos estudantes da disciplina de Contabilidade Pública I do curso de Ciências Contábeis durante todo o semestre. No dia, a ação ocorre em três salas diferentes, onde os alunos da graduação ficam responsáveis por conduzir as atividades. Um dos favoritos é o “Jogo do Orçamento”, atividade virtual em que cada criança assume o papel de prefeito de uma cidade, ficando responsável por tomar decisões voltadas ao orçamento público. “Às vezes acham que precisa só economizar, mas tudo que arrecadam precisa ser gasto, então precisa ter esse equilíbrio entre gastos com lazer, segurança, moradia, saúde, educação”, explica Fabricia. Ao final da atividade o jogo mostra um pequeno jornal, informando o desempenho da criança como prefeita.

A E.E.B. Getúlio Vargas recebe diversos bolsistas PIBID e outros projetos da UFSC por conta da sua proximidade geográfica, além de incentivar os alunos a conhecerem a rotina dos cursos superiores que pretendem estudar um dia. O diretor Daniel Schafhauser explica que, como a contabilidade não é uma disciplina curricular da escola, o projeto Contador Cidadão acaba trazendo uma coisa nova para os alunos, que passam a conhecer uma nova possibilidade. E a parceria entre universidade e escola não traz benefícios apenas para eles. “Nós somos um campo de pesquisa para quem vem de lá [universidade] até nós; e somos um campo de recepção do resultado dessas pesquisas”, explica Daniel.

A orientadora da E.E.B., Letícia Vieira, comenta a importância de esclarecer para os alunos a existência de ações afirmativas, cotas, políticas de permanência e bolsas de auxílio financeiro na universidade, mostrando que ela não está próxima apenas geograficamente. Além disso, a presença dos universitários no ambiente escolar enriquece também individualmente os alunos da instituição estadual, que já sonham em cursar Medicina e Direito, como é o caso de Ivaldo, de 15 anos, e Kauan Michael, de 12. “Isso tudo fortalece muito para que a universidade passe a fazer parte do horizonte deles”, completa Letícia. **Z**

Praticando a cidadania:

ao final das atividades, os alunos do 7º ano que participaram do projeto são incentivados a escrever propostas de melhoria para sua escola. Eles recebem um cartaz que depois será exibido nos corredores da instituição.

Projeto atende pessoas com doenças autoimunes

Grupo da UFSC oferece apoio psicológico às pessoas com Dermatite Atópica, Psoríase e Vitiligo

Era junho de 1962, fazia muito frio em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Nessa época, Marília Assumpção Baron tinha apenas seis meses de idade. Feridas começaram a aparecer no seu pescoço, nas pernas e nas dobras, além da coceira que irritava sua pele. O primeiro inverno que Marília viveu em sua cidade foi também o que trouxe a sua primeira experiência com a dermatite atópica, doença que a acompanharia pelo resto de sua vida.

Foram anos de dermatologistas, tratamentos e remédios, mas nada era eficaz para o alívio da doença. “Chegou um ponto em que eu me automedicava, pois eu ia aos médicos e era sempre a mesma coisa. Nos últimos anos eu não via mais nada de bom, nenhuma perspectiva de melhorar, parei de pesquisar sobre a doença e não sabia de novas medicações e tecnologias sobre a dermatite atópica”, lembra.

A mudança de vida chegou faz pouco tempo, há mais ou menos dois anos. Marília, por convite de seu irmão, começou a frequentar em 2017 o Grupo de Apoio às Pessoas com Dermatite Atópica, Psoríase e Vitiligo. Essas doenças são autoimunes, quando o sistema imunológico ataca as células saudáveis do organismo - ou seja, o corpo reage contra ele mesmo. Não tem cura, e não são contagiosas. “Esse grupo foi um divisor de águas na minha vida, porque eu estava em um momento sem perspectiva, ficando depressiva por conta da minha doença. O projeto me trouxe autoestima e o tratamento que eu procurava.”

O grupo foi criado na UFSC em 2015 pela psicóloga Carla Schubert Sengl e pelo dermatologista Daniel Holthausen Nunes e oferece, de forma gratuita, apoio psicológico para pessoas com doenças dermatológicas autoimunes. São realizados entre oito e dez encontros por semestre, com duração de uma hora e meia, onde são promovidas atividades, orientações e conversas com os participantes. O grupo faz parte da lista de projetos de Extensão desenvolvidos pelo Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI) do Departamento de Psicologia da UFSC e já atendeu, desde o seu início, 127 pessoas.

Por serem doenças que se manifestam na pele através de coceira e feridas, como é o caso da dermatite atópica e da psoríase, e perda da coloração, como é o caso do vitiligo, são extremamente estigmatizadas pela sociedade, fazendo

com que a pessoa, muitas vezes, sofra preconceito. A coordenadora e psicóloga Carla conta que a criação do projeto na UFSC veio também de uma motivação pessoal, pois ela tem psoríase há 30 anos. “Muitas pessoas não saem de casa por vergonha ou porque está dolorido o processo inflamatório, as pessoas acham que é contagioso, e aí os portadores vão se isolando. Essas doenças causam uma vivência solitária”. Carla destaca ainda que a UFSC é a única instituição de ensino de Santa Catarina que oferece um grupo de apoio às pessoas com dermatite atópica, psoríase e vitiligo e que a procura pelo projeto tem aumentado.

Ela explica que o trabalho do grupo não é focar na doença mas, sim, na qualidade de vida que o portador pode ter. “Trabalhamos os aspectos sociais, ambientais e emocionais que se relacionam com as doenças. Enfatizamos perspectiva de aceitação de que não há cura, mas que há formas de ficar menos tempo numa crise. O objetivo do grupo não é focar na doença mas no que você gostaria de fazer na sua vida mesmo tendo psoríase, ou dermatite atópica ou vitiligo.”

“Através das discussões, eu me dei conta de tanta coisa, aprendi mais sobre a minha doença, eu me empoderei”

O projeto oferece, além de apoio psicológico, um espaço onde as pessoas podem desabafar, trocar experiências sobre suas doenças e tratamentos, formando uma rede de apoio. Marília conta que é segunda vez que participa do grupo na UFSC e que sua vida e relação com a dermatite atópica mudaram completamente depois do acolhimento psicológico. Hoje, o seu novo tratamento está sendo um sucesso. “Pelos discussões do grupo, eu me dei conta de tanta coisa, aprendi mais sobre a minha doença, eu me empoderei. E levei isso para o meu médico, falei pra ele que existem alternativas e outras medicações e que eu gostaria de tentar.”

As mudanças de comportamento e de relação com a doença e com a sociedade são perceptíveis não somente em Marília, mas também em outros participantes. São transformações positivas que se refletem também na saúde da pele e na melhoria da doença. “Tanto eu percebo as mudanças, quanto eles percebem em si mesmos e no outro. A gente sente uma emoção enorme de ver o quanto que estar com ‘irmãos de pele’, favorece a melhora, do ponto de vista psicológico”, relata Carla.

Extensão: estudantes e comunidade

Os projetos de Extensão tem efeito duplamente positivo. De um lado fomentam a participação social e chamam a comunidade para participar do convívio com as universidades; de outro, permite o exercício prático para os estudantes dentro de suas especialidades. No Grupo de Apoio às Pessoas com Dermatite Atópica, Psoríase e Vitiligo estagiam duas estudantes da Psicologia. Daiana Imopoco Lima é uma delas e atualmente cursa a sétima fase. Graduanda da Universidade Federal de Rondônia, ela está em mobilidade na UFSC desde o início deste ano.

Daiana ressalta a importância do acolhimento psicológico para a sociedade e para a sua experiência profissional. “Esse projeto é referência pra mim, eu estudo em outra universidade e eu vejo como não existe um grupo de apoio assim em outros lugares. A minha experiência está sendo muito rica, tanto de conteúdos na área psicológica, quanto como pessoa, observando como os participantes interagem entre si e como o grupo se formou ao redor de um propósito em comum.”

Marília tem receio de que o bloqueio orçamentário nas instituições públicas de ensino anunciados pelo MEC possam afetar também os grupos de apoio e a própria Extensão. “O projeto é importantíssimo para a comunidade, tem uma equipe de excelência. Quem não tem essas doenças, não tem ideia de como esse grupo ajuda e orienta os pacientes. Se acabar, vai deixar de ajudar muita gente. Eu sou uma delas, mas quantas outras pessoas seriam prejudicadas?”, questiona Marília.

Para a estudante Daiana, é preciso investir na educação e os projetos de Extensão como o grupo de apoio são imprescindíveis para fomentar o conhecimento. “A educação merece muito mais qualidade e investimento. É da educação que saem soluções para saúde, moradia, saneamento básico, por exemplo. Com as condições que temos nas universidades, já conseguimos fazer muito, com muito esforço. Mas não é só dinheiro, investir na educação é formar pessoas com conhecimento.” **Z**

Serviço

O Grupo de Apoio às Pessoas com Dermatite Atópica, Psoríase e Vitiligo realiza semanalmente encontros abertos à comunidade. Veja mais informações abaixo.

- **Reuniões:** quartas-feiras
- **Horário:** das 18h30 às 20 h
- **Local:** Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI), do Departamento de Psicologia, localizado no Bloco D, 2º andar, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC, Campus Trindade em Florianópolis
- **Inscrições:** uma vez a cada semestre presencialmente no SAPSI
- **Website:** sapsi.paginas.ufsc.br
- **E-mail:** sapsi@cfh.ufsc.br
- **Telefones:** (48) 3721-9402 e (48) 3721-4989

“O Grupo me deu apoio, esperança e muito conhecimento, para encarar os desafios que a dermatite atópica impõe”,
Marília Assumpção,
 participante do Grupo



Dieta diminuiu crises de epilepsia em pacientes

HU é o primeiro e único na América Latina a oferecer atendimento nutricional que ajuda a evitar convulsões para adultos

Lief Guimarães Prudêncio tem apenas 34 anos, mas já pode dividir sua vida em dois momentos: antes e depois da epilepsia refratária, adquirida por ele há cerca de 15 anos. Em um acidente de carro, ele sofreu traumatismo craniano e a doença se desenvolveu como efeito colateral. “Ele era uma pessoa normal e saudável, gostava de praticar esportes, estudava Direito e fazia estágio, um jovem normal de 19 anos. Mas aí teve isso e mudou bastante”, explica Perpétua Guimarães Prudêncio, mãe de Lief.

A epilepsia consiste na ocorrência de crises de convulsão e a doença se torna refratária, ou seja, não responsiva, quando essas crises persistem mesmo após o tratamento com dois ou mais medicamentos convencionais. Também chamada de epilepsia de difícil controle medicamentoso, o sucesso dos seus tratamentos são medidos principalmente pela diminuição ou remissão das crises.

Em casos mais graves, o tratamento neurológico da epilepsia refratária é combinado com terapias alternativas. Entre as mais comuns está o acompanhamento nutricional e a introdução de uma dieta cetogênica, caracterizada pelo consumo de alimentos com alto teor de gordura e baixo teor de proteínas e carboidratos. Os ambientes em que se oferecem esse atendimento no Brasil ainda são escassos. Em Florianópolis, no Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), está localizado o primeiro e único ambulatório em toda a América Latina que presta atendimento nutricional com esse tipo de alimentação controlada para pacientes epiléticos adultos.

Criado em 2017, o Ambulatório de Dieta Cetogênica do Serviço de Neurologia do HU é um projeto que engloba Pesquisa e Extensão, coordenado pela médica neurologista Kátia Lin em parceria com o departamento de Nutrição da Universidade. “Uma coisa não substitui a outra, a gente tem encaminhamento via equipe da neuro. Porque a gente precisa do diagnóstico feito pela equipe da neuro. É um trabalho conjunto”, explica a nutricionista do projeto, Débora Venske. Ela reforça também que o tratamento não é necessariamente “saúdavel”, sendo indicado especificamente aos pacientes afetados pela epilepsia refratária.

Os pacientes da neurologista Kátia atendidos no Hospital Universitário e que não respondem a outros tratamentos são encaminhados por ela ao ambulatório, onde passam a receber acompanhamento das nutricionistas integrantes do projeto. Atualmente, são atendidas nove pessoas de diversas cidades de Santa Catarina. Lief, natural de Pescaria Brava, foi o primeiro paciente do ambulatório, e segue a dieta há cerca de um ano e meio. “Falando assim parece fácil, uma dieta à base de gordura. Mas acaba sendo uma alimentação bem restrita e nós temos algumas desistências, porque envolve toda a família, o paciente

que consome e quem prepara o alimento, e manter isso por quase dois anos é bem difícil”, explica a nutricionista.

A maior parte do tratamento consiste na alimentação com base na dieta, ou seja, é feito à distância. O retorno ao HU é mensal, para realizar exames que verificam sua eficácia. “Eles vão ficar em atendimento durante dois anos com essa dieta. Existe um limite, a pessoa não vai ficar a vida toda. Depois vamos fazendo a retirada aos poucos, porque pode ter um rebote de crise bem grande. E aí eles saem do protocolo e a gente avalia se houve redução de crises ou não”, explica a nutricionista Débora.

A doença, que não tem cura, se manifesta através de convulsões, ou seja, descargas bioenergéticas no cérebro que geram contrações involuntárias da musculatura, tremores e movimentos desordenados. No caso de Lief, as convulsões impedem uma vida comum e independente da ajuda de familiares. Sua mãe explica que ele deixou de ter condições de sair de casa e realizar tarefas do dia a dia sozinho. “Já houve momentos de serem crises diárias, duas vezes ao dia, e as crises dele o derrubam fisicamente. Ele cai onde quer que esteja, o corpo inteiro vai ao solo e ele se machuca bastante. Inclusive, já teve que ficar hospitalizado, tamanha a queda.”

te. Inclusive, já teve que ficar hospitalizado, tamanha a queda.”

Ela reforça que a crença na eficácia da dieta ainda não foi abalada após um ano e meio de tratamento e os resultados positivos já transparecem no dia a dia de Lief. O que antes significava uma dependência completa para realização de atividades como andar pela casa e caminhar sozinho até a casa dos avós, hoje lhe permitem mais liberdade. “Antes, era uma situação em que ele mal levantava e nós já estávamos em pânico. É claro que a gente queria muito mais resultado positivo, porém nós não deixamos a peteca cair, né? Se este mês não foi muito legal, vamos esperar o próximo e assim a gente vai”, afirma emocionada.

O sucesso do tratamento proposto pela equipe do ambulatório depende da capacidade do organismo de cada paciente de entrar em estado de cetose. A ingestão de um alto nível de gordura induz o organismo a esse estado metabólico, no qual uma parte do fornecimento de energia do corpo vem de corpos cetônicos presentes no sangue. Esse estado, apesar da ciência ainda não ser capaz de explicar precisamente o porquê, tem efeito antiepiléptico no corpo humano.

Também por esse motivo, muitas variáveis na execução da dieta afetam a resposta dada pelo corpo, ao fim de cada mês. “Hoje, por exemplo, ele teve uma crise. E ele sempre fica bem decepcionado porque conta os dias na expectativa de chegar ao mês em que esse número vai ser o mínimo possível”, explica Perpétua.

A causa de maior angústia em quem segue a dieta é a oscilação de resultados que ela oferece. Mesmo não tendo mais duas convulsões ao dia, como acontecia antes de começar o tratamento, Lief teve nos 15 primeiros dias de junho o mesmo número de cinco crises que apresentou durante todo o mês de maio. “Nós apostamos nessa dieta, como eu acredito que faz todos que começam, uma expectativa de zerar as crises. Isso ainda não aconteceu, mas nós ainda acreditamos que esse dia virá”. **Z**

“Houve momentos de serem diárias as crises, duas vezes ao dia, e as crises dele o derrubam fisicamente.”

O que compõe a dieta cetogênica

A dieta é uma ferramenta que ajuda no controle de crises epiléticas de crianças e adultos, em que o uso de remédios não surte efeito. A partir dela é possível elaborar receitas e cardápios específicos.



Carnes e proteínas: carnes vermelhas, frango, bacon e ovos



Grãos: macadâmia, castanha de caju, nozes, avelãs, amendoim e amêndoas



Frutos do mar: atum, salmão, bacalhau, ostra, camarão, lagosta, mexilhão, caranguejo, lula e polvo



Vegetais de baixa caloria: alface, couve, espinafre, acelga; couve-flor, brócolis, repolho, pepino, rabanete e cebolinha



Leite e derivados: Parmesão, queijo suíço, queijo coalho, cheddar, muçarela, queijo cottage, cream cheese, iogurtes e manteiga



Óleos: azeite, óleo de coco e banha de porco

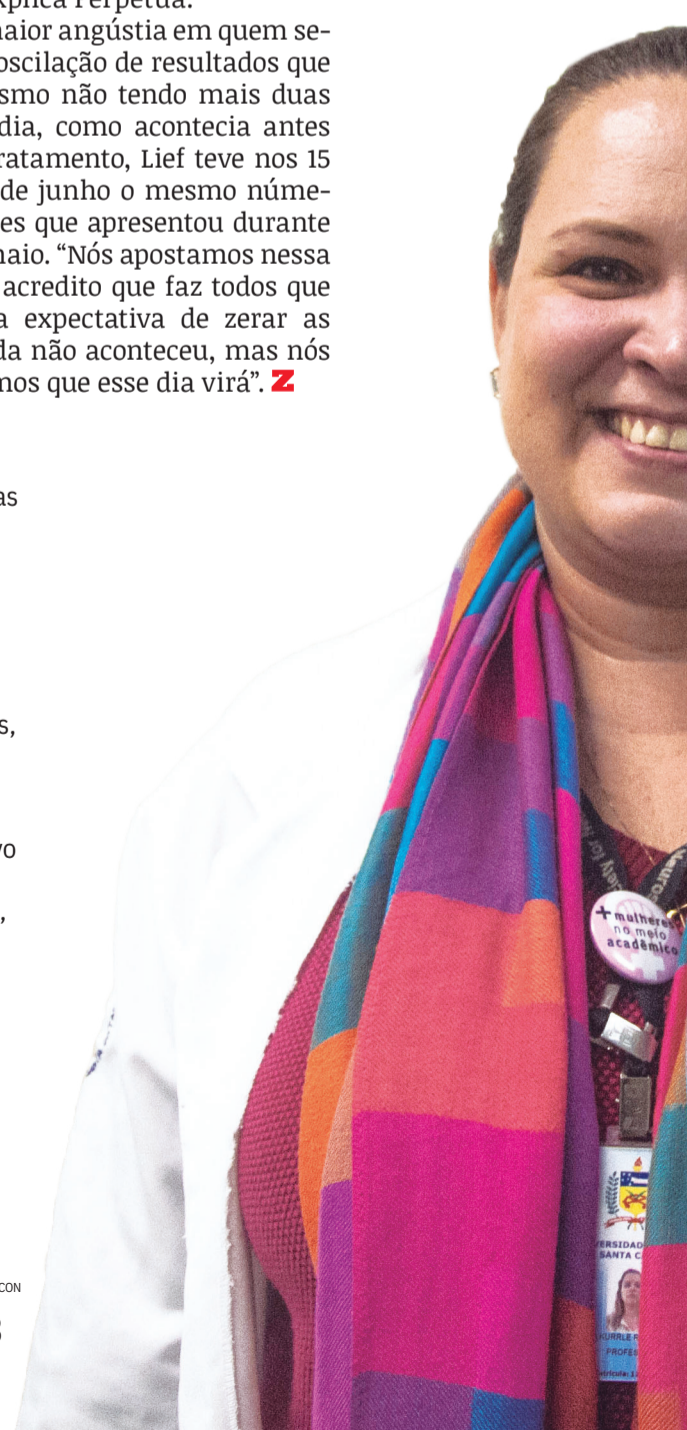


Frutas: morango, mirtilo, framboesa, cranberry, amora, cereja e abacate

FONTE: AMBULATÓRIO DE DIETA CETOGÊNICA, HOSPITAL UNIVERSITÁRIO, UFSC, 2019. IMAGENS: FLATICON

“É uma pena que não tenha [ambulatório] em outros lugares. E pensando na possibilidade do seu encerramento, seria um prejuízo para a sociedade na qualidade de oferta de tratamento dentro do contexto da epilepsia”

Débora Venske,
nutricionista do ambulatório



UFSC e a economia: relação de interdependência

Impactos econômicos da universidade começam nos comércios ao redor, mas chegam a todo o estado

Além de produzir Pesquisa, Ensino e Extensão, gerando capital tecnológico, econômico, humano e cultural, a UFSC também atua localmente, movimentando a economia de seu entorno. Só em Florianópolis, o câmpus principal abraça uma área de mais de 1 milhão de metros quadrados, compreendendo os bairros Trindade, Carvoeira, Pantanal e Córrego Grande. Se estende também aos bairros do Itacorubi, Tapera, Centro e Fortalezas, onde milhares de pessoas circulam e frequentam, diariamente, bares, mercados, restaurantes e outros comércios locais. Essas pessoas ainda aquecem o setor imobiliário e fazem a região ser responsável por cerca de 28% da massa salarial de toda a capital do estado, segundo Luciano Cordova, economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio).

A capital catarinense, apelidada de “Ilha do Silício” pela BBC World, tem como destaque o potencial empreendedor e tecnológico, sendo a quarta cidade brasileira que mais fatura no setor de tecnologia. O forte investimento em Ensino e Pesquisa é fator determinante para a qualidade dos profissionais. “A UFSC esteve na origem desta transformação que hoje projeta Florianópolis para o Brasil e para o mundo na área tecnológica e segue impulsionando a cidade. Me refiro às tecnologias digitais, à automação, à nanotecnologia, à biotecnologia, às energias não convencionais, dentre outras”, explica Álvaro Prata, ex-reitor e professor do Departamento de Engenharia Mecânica na instituição.

Para ele, o impacto se verifica também no espírito empreendedor dos egressos da universidade, que têm criado empresas e atraído investidores. Segundo dados da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate), são mais de 900 empresas do ramo na ilha acumulando um faturamento superior a 5,4 bilhões de reais ao ano. Já em relação ao número de empregos diretos na área tecnológica, Florianópolis é o maior polo do Brasil, com 2.552 colaboradores para cada 100 mil habitantes.

Saindo da esfera local, a instituição também tem forte influência sobre a economia de todo o estado de Santa Catarina. “A UFSC formou várias lideranças que hoje ocupam posições relevantes nas empresas e nas instituições públicas e privadas do Estado. Além disso, através das pesquisas e dos projetos desenvolvidos pela universidade, ou em parceria com ela, muitas empresas, negócios e comunidades se beneficiaram”, afirma Álvaro. Ele cita o exemplo da maricultura (produção de ostras), que teve um grande desenvolvimento nas três últimas décadas. “Hoje Florianópolis é o município maior produtor de ostras do país e muito desse desem-

penho se justifica pelos trabalhos e pelas pesquisas desenvolvidas nos laboratórios da UFSC”, complementa.

A situação não é muito diferente nas outras cidades do estado em que a UFSC se faz presente. Os campi de Joinville, Araranguá, Curitiba e Blumenau já começam a trazer importantes benefícios sociais e econômicos para o estado. “Estes benefícios são medidos, dentre outras métricas, pela formação de profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento, que suprem as respectivas regiões com conhecimento e atuação diferenciada, e pelos projetos desenvolvidos nas respectivas regiões”, explica o professor e ex-reitor.

Impacto do bloqueio de verbas

Depois de o Ministério da Educação (MEC) anunciar o bloqueio de 35% das verbas de custeio, capital e emendas destinadas à UFSC, a universidade teme que, se o governo não demonstrar uma mudança de posicionamento, a partir de agosto já faltarão recursos para custear serviços básicos de conservação do espaço da universidade, como limpeza, vigilância, jardinagem, entre outros. Além dessas despesas, as verbas atingidas pelo bloqueio também servem para pagar água, energia elétrica, bolsas

tera ainda que, desde 2015, o orçamento da universidade não é ajustado pela inflação, o que também tem dificultado o gerenciamento das contas.

Como solução temporária, Vladimir explica que a universidade está negociando com seus fornecedores para abaixar o valor de contratos já fechados, além de diminuir a frequência de serviços de limpeza e dispor de menos vigilantes, por exemplo. Essas soluções foram pensadas para evitar que seja necessário retirar benefícios estudantis, que vão desde o Restaurante Universitário até a Moradia Universitária e a assistência concedida aos estudantes de baixa renda.

Comércios da região

O atual cenário de incertezas preocupa não só quem está diretamente ligado à universidade, mas também trabalhadores que tiram seu sustento dos comércios da região e têm a comunidade universitária como principal público consumidor. Afinal, os efeitos de se ter um estabelecimento vizinho à 12ª melhor universidade da América Latina, segundo o ranking de 2019 da revista britânica *Times Higher Education*, sempre foi sentido de forma positiva pelos comerciantes que aproveitaram o dinamismo proporcionado pela instituição para alavancar seus negócios.

A microrregião ao redor da UFSC é uma das mais populosas de Florianópolis. O seu desenvolvimento tem muito a ver com a fundação da universidade na região, nos anos 1960. “Quando a UFSC se concentrou no campus atual, a gente percebeu que a Trindade também começou a se desenvolver economicamente com prédios, casas, e comércios que começaram a ir pra lá. Se buscar o fator histórico, a educação faz com que várias famílias venham morar perto. O Pantanal é um bairro em que grande parte dos moradores são professores da universidade”, explica Thiago Chaves, Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) de Florianópolis. “Do ponto de vista econômico, acredito que a UFSC trouxe muitos alunos de outros estados que vêm aqui consumir e demandar alguns produtos e serviços. Se não tivessem esses alunos, não teria a necessidade de se ter tantas farmácias, restaurantes, bares”, complementa.

Luciano, da Fecomércio, prevê que, na hipótese do funcionamento da universidade ser afetado de forma a impossibilitar a continuidade da programação acadêmica, a tendência seria a população e os comércios dessas regiões migrarem para outras áreas.

Gerente da academia Prime, no bairro Trindade, Gabriel Brasil, ex-graduando de Administração na UFSC, percebe o impacto que a universidade exerce no funcionamento do lugar. Embora não haja registros específicos desde 2014, quando a empresa tinha um pacote especial para estudantes, ele admite que pessoas vinculadas à UFSC ainda representam boa parte do seu público - mais da metade, ele estima.

No Córrego Grande, o tradicional restaurante Mirantes não abre aos fins de semana por não ter aulas na universidade.

“É uma cidade dentro de Florianópolis”

(de estágio, monitoria, Pesquisa e Extensão), infraestrutura e assistência estudantil. Esse montante faz parte da chamada verba discricionária, que é o orçamento ao qual a instituição tem uma certa liberdade para remanejar de acordo com as prioridades do momento. Já a verba obrigatória, que corresponde a 83,5% do orçamento da UFSC e não foi afetada pelo bloqueio, tem destino certo: o pagamento de salários e aposentadoria dos funcionários. Nem o Executivo e nem a universidade podem transferir esse orçamento para outros destinos que estejam precisando de mais verba.

“Acredito que o governo vá desbloquear aqueles 35%, é uma questão de tempo. Eles estão fazendo pressão porque estabeleceram como condição a aprovação da Reforma da Previdência”, opina Vladimir Fey, secretário de Planejamento e Orçamento da UFSC. Ele entende que não faz sentido manter o bloqueio até o final do ano, pois inviabilizaria totalmente o funcionamento das universidades. Vladimir explica que, mesmo que os 60 milhões de reais sejam desbloqueados, esse valor ainda estará contingenciado, ou seja, sua liberação ainda estará condicionada à evolução da economia nacional durante os meses do ano. “Ainda continuaríamos em estado de alerta. Só vamos saber o percentual do descontingenciamento, se houver, a partir de agosto ou de setembro. Então, o que eu temo é que [após um possível desbloqueio] o governo crie uma euforia, quando na verdade a nossa solução não estaria resolvida ainda”, completa. Ele rei-



Maura Neri, gerente da unidade, conta que a escolha da localização foi pela proximidade à UFSC e ela estima que, juntos, professores, servidores e alunos somam em torno de 80% do público do restaurante.

Para quem vende produtos dentro da própria UFSC, como Cristina Pires, o cenário político pode assustar. A comerciante é uma das dezenas de vendedores que estão, de segunda a sexta, em frente ao Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da universidade expondo seus produtos. O lucro que tira vendendo roupas em seu brechó ao ar livre serve para bancar, sobretudo, o tratamento do filho, estudante de Engenharia na UFSC e diagnosticado com autismo. Pires começou a trabalhar no campus por falta de aceitação no mercado de trabalho, e acredita que essa seja a situação da maioria das mulheres que expõe seus produtos próximo ao CCE. “A grande maioria aqui é de mulheres especializadas, mas que não conseguem emprego”, conta.

Já o gerente do mercado Manhattan44, Vinicius Faccio, também reconhece a necessidade da universidade para os lucros do estabelecimento, que fica na Carvoeira, embora considere a probabilidade de um desmonte da UFSC baixa. “Como é muito grande, envolve muita gente, a gente acha muito difícil que pare”, opina. Contemplando o grupo de pessoas que ainda não pensa em estratégias sólidas para lidar com a hipótese de cancelamento das atividades, ele admite que 60% do seu público é formado por estudantes e que, “caso o pior aconteça”, precisará replanejar a empresa.

Em todos esses casos, a hipótese de interrupção das atividades universitárias afetaria diretamente o rendimento dos comerciantes. Esse impacto pode ser medido ao analisar os períodos de férias, quando boa parte dos estudantes retornam para as suas cidades de origem e os professores utilizam os recessos escolares para marcar suas férias anuais, fazendo com que o fluxo de pessoas na região diminua.

“Quando a UFSC para, o meu movimento cai significativamente, então eu dependo do funcionamento da universidade. Acredito que não só eu, mas os outros comércios da região também”, pondera Vinicius, sobre o fluxo no mercado. A situação de Maura é semelhante: nas férias, das 250 pessoas que costumam passar diariamente no restaurante, sobram menos da metade.

Algumas empresas precisam pensar em formas de driblar as consequências negativas que as férias universitárias trazem para o setor financeiro. “Nesse ano que passou, como já sabíamos dessa ‘baixa’, fizemos algumas estratégias de marketing e vendas”, conta Gabriel. Entre as táticas adotadas, o gerente cita a criação de planos de mensalidade para a academia com preços mais acessíveis na temporada de menor fluxo.

A estratégia de Cristina, por outro lado, precisa ser mais radical, já que sua clientela é formada quase que totalmente por alunas da UFSC. Por isso, no mês de julho e entre dezembro e março, ela concentra seus esforços em vender as roupas em sites de comércio de itens usados. Como a

plataforma retém parte do seu lucro, ela aumenta o valor das peças, mas admite que o rendimento desses meses não chega ao que ganha durante o período letivo. “Aqui na UFSC é bem melhor, eu vendo mais rápido. Na internet é demorado e eu ainda corro o risco de, quando chegar a mercadoria, a cliente provar, não gostar e me devolver”, explica a comerciante.

Internamente, a universidade emprega milhares de profissionais, entre professores, servidores, técnicos e serviços terceirizados, que envolvem a segurança e a limpeza. O grande número de funcionários, concentrado em apenas uma instituição, é bastante relevante para todo o contexto municipal, pois a universidade se configura como uma das maiores empregadoras da capital catarinense, junto a empresas que prestam serviços terceirizados. “A UFSC paga em torno de um bilhão de reais ao ano em salário. Isso equivale a quase 28% da soma dos salários pagos em toda a Florianópolis”, afirma o economista Luciano.

Além dos profissionais regularizados como funcionários da instituição, a UFSC abriga os comerciantes como Cristina, que podem ser vistos nos espaços abertos da universidade, ou aqueles que vendem doces na saída do Restaurante Universitário durante o almoço e jantar, somando em torno de 30 pessoas diariamente. Há também os feirantes que se estabelecem no câmpus toda quarta-feira, e também dependem financeiramente do espaço da universidade e da comunidade que ali circula. Nos dias de feirinha, o fluxo dentro da universidade aumenta, e em dias de sol, cerca de 50 barraquinhas e tapetes se fixam em frente à reitoria vendendo os mais diversos produtos. O feirante Gilberto Hawerth, que vende verduras, pães e bolos, conta que 70% da renda da barraca administrada pela sua família é baseada nas vendas que ocorrem dentro da universidade.

Imóveis supervalorizados

Hoje, a maior parte dos alunos da UFSC vem de fora de Florianópolis, motivo pelo qual tanta gente aposta no mercado imobiliário na região. Só no bairro Trindade, por exemplo, pelo menos 10 imobiliárias aproveitam o público universitário para sustentar o negócio. Além disso, proprietários de apartamentos e quitinetes da re-

gião conseguem um bom lucro ao alugar seus imóveis para estudantes e servidores, já que quanto mais perto da universidade o imóvel for, mais caro é seu aluguel.

Uma dessas pessoas que apostam na especulação imobiliária no entorno da UFSC é Vinicius, o dono do Manhattan44. Ele também é proprietário de quitinetes, as quais aluga para estudantes. “É um público melhor, fica mais tempo para estudar”, explica o empresário. As quitinetes, que geralmente possuem um quarto, um banheiro e uma cozinha, representam o metro quadrado mais caro da cidade para aluguéis, de acordo com um estudo feito pela Fecomércio em 2014 e 2015.

Reflexos em toda a cidade

Um estudo, que contou a colaboração do atual Secretário do CDES de Florianópolis, Thiago Chaves, quando ele era professor substituto da UFSC, mostra que grandes construções, como a do shopping Iguatemi, no bairro Santa Mônica, tiveram a escolha do endereço influenciada pela população de estudantes e servidores da universidade. “O PIB da microrregião da Trindade e Santa Mônica era um dos mais altos”, conta. Na época, entre 2008 e 2010, o índice era mais elevado até do que na região do shopping Beiramar, área nobre e central da cidade.

Vizinho ao shopping, o Itacorubi também viu a população e a economia do bairro crescerem com a fundação, em 1975, do Centro de Ciências Agrárias (CCA), da UFSC. Distante 3,6 km do campus Trindade, ele não contribuiu só com a migração de pessoas para a região, mas ajudou a aumentar a geração de empregos no local, contratando funcionários pertencentes à própria comunidade. O local também passou a ser espaço de produção de pesquisas que trazem benefícios econômicos e ambientais para todo o estado. “A UFSC é uma cidade dentro de Florianópolis: tem várias áreas, vários centros e dois campi. Ela pega bem uma área muito grande do município”, lembra Thiago.

Em razão de ser uma ilha, para além do turismo, Florianópolis tem o mercado limitado, sobretudo, a comércios e serviços, os quais têm sua existência condicionada pelo funcionamento da UFSC nos bairros ao redor dela. “Se perdermos esse tipo de alternativa, a economia de Florianópolis certamente sai muito prejudicada”, confirma Luciano. **Z**

Amor de mãe: Cristina Villar Pires vende roupas na universidade para sustentar a casa e ficar perto do filho que é estudante. “Hoje mesmo ele já passou aqui para me dar um abraço”, conta.

Medo e angústia no lugar do estudo

Com metodologia de ensino que encoraja a pesquisa através de projetos, alunos do Colégio de Aplicação agora temem pelo futuro das universidades públicas

Luysa Conradi, estudante do 2º ano do Ensino Médio, sonha em cursar Relações Internacionais. Segundo ela, uma graduação poderia ajudá-la a conseguir um emprego futuramente. Ao buscar informações sobre a carreira, sua melhor opção é estudar na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como é aluna do Colégio de Aplicação (CA), localizado na UFSC, dar continuidade aos estudos na universidade que já frequenta facilitaria sua rotina.



No entanto, o sonho da secundarista de 16 anos pode estar ameaçado. O bloqueio das verbas ao ensino superior anunciado em maio pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, trouxe insegurança para a vestibulanda que tem dúvidas em relação ao futuro da universidade. “Não saber se vou ter onde estudar fica complicado. É um medo que todo mundo aqui tem”, ressalta Luysa.

O Colégio de Aplicação da UFSC é um entre os 17 espalhados pelo país vinculados a instituições públicas de ensino superior. Estudar em um colégio dentro da universidade tem seus benefícios: os alunos podem utilizar a Biblioteca Universitária (BU) para o empréstimo de livros, almoçar e jantar no Restaurante Universitário (RU) e utilizar as quadras esportivas do Centro de Desportos (CDS), para as aulas de Educação Física.

Além do Ensino, o CA investe na Pesquisa e na Extensão. Atualmente são 24 projetos de Pesquisa e 26 de Extensão em andamento. Um deles é o Córdoba, que possibilita aos alunos um intercâmbio de dois meses para a Escuela Superior de Comercio Manuel Belgrano da Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina. A seleção dos estudantes é realizada por meio da apresentação de um projeto de pesquisa que deve ser desenvolvido no país vizinho. A estudante Catarina Herrera, de 16 anos, está desenvolvendo um projeto sobre as mulheres nas batalhas de rap. “Quero participar, pois nunca viajei para fora do Brasil e acho que conviver com pessoas de uma cultura diferente por dois meses seria uma experiência muito boa, para sair da minha zona de conforto”, conta Catarina.

Para Leila Peters, coordenadora de Pesquisa e Extensão do CA, a produção científica possibilita aos alunos um olhar crítico. “Eles se apropriam das ferramentas básicas para o desenvolvimento de projetos e isso faz com que tenham um outro olhar sobre a produção do conhecimento e sobre a realidade na qual estão inseridos.”

A UFSC destina recursos ao colégio para o pagamento de professores, funcionários terceirizados, bolsas de estagiário, e também para o pagamento da conta de água, luz e telefone. A universidade também contribui com as saídas de campo e a ma-

nutenção do espaço físico. “Estamos em sintonia com a UFSC. À medida que a UFSC trava, a gente sente o baque porque estamos no embalo dela”, diz Edson Souza de Azevedo, diretor do Colégio de Aplicação.

Além do dinheiro da universidade, a matriz orçamentária do colégio depende de outras duas fontes: os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que disponibiliza 36 centavos por aluno para cada merenda escolar, e os recursos do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (Condicap).

Segundo o diretor, uma parte do dinheiro da matriz Condicap complementa a merenda escolar.

Preocupados com a situação da escola e da universidade, os estudantes do colégio organizaram manifestações. No dia 30 de maio, se reuniram no CA para tomar um café da manhã coletivo e discutir a situação do colégio neste cenário de bloqueios e cortes antes de ir para a manifestação no centro da cidade. Para a professora de Português Ana Carina Baron, a ocupação desse lugar é muito importante. “Pra gente, o espaço dessa escola é simbólico. Parar a escola tem um caráter importante de defesa desse espaço.” **Z**

Manifestações:

“Tínhamos que fazer alguma coisa! Fizemos cartazes, camisetas e chamamos para o ato. Muita gente se mobilizou e quis participar, mais gente do esperávamos”, conta a presidente do Grêmio Estudantil do Colégio de Aplicação (GECA).

Aplicação da ciência

O estudante do 8º ano do Colégio de Aplicação, Eduardo Ferreira, nasceu com paralisia cerebral. O distúrbio impede quase todos os seus movimentos, incluindo os necessários para o desenvolvimento da oralidade. Através de um edital do CNPq, o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) comprou em 2015 um *laptop* com software específico para narrar as palavras que o estudante escreve com o movimento dos olhos na tela.

O problema é que o *laptop* não poderia ser levado para fora da sala de aula, o que limitava a comunicação. Pensando nisso, uma parceria entre o LIFE e a Empresa Júnior I9 Consultoria, do curso de Engenharia Mecânica da UFSC, desenvolveu um braço articulado adaptado para que a cadeira de rodas pudesse sustentar *laptops* e *tablets*. “O braço foi planejado para resistir aos espasmos e acompanhar o crescimento dele”, conta Luana Sarzi, professora há quatro anos de Dudu, como Eduardo é mais conhecido, e que participou de todo planejamento do projeto. Ela se emociona ao ver o desenvolvimento do estudante. “É a possibilidade dele se colocar no mundo.”

Acessibilidade: Quando questionado se gostava do *tablet*, o aluno Eduardo Ferreira olhou para a tela do aparelho e em segundos foi possível ouvir uma voz melódica dizendo “sim”.

